

METAFÍSICA, EPISTEMOLOGIA E PSICOLOGIA

Breve história sobre a consciência de nós mesmos



KISSEL GOLDBLUM



UNIVASSOURAS

Metafísica, Epistemologia e Psicologia

Breve história sobre a consciência de nós mesmos

Kissel Goldblum

Editora da Universidade de Vassouras
2025

© 2025

Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)

Adm. Gustavo de Oliveira Amaral

Reitor

Prof. Dr. Marco Antônio Soares de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação Tecnológica

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cardoso

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras

Profa. Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Editora Executiva Produções Técnicas da Universidade de Vassouras

Profa. Dra. Paloma Martins Mendonça

Modo de acesso: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/article/view/5366>

M5645 Metafísica, epistemologia e psicologia / Organização de Kissel Goldblum
– Vassouras, RJ : Universidade de Vassouras, 2025.
1 recurso online (42 p.)

Recurso eletrônico

ISBN: 978-65-83616-17-3

1. Metafísica. 2. Epistemologia. 3. Psicologia. I. Goldblum, Kissel. II.
Universidade de Vassouras. III. Título.

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica On-line – Universidade de Vassouras

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O texto é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras.

Sumário

Apresentação	5
Prefácio	6
Introdução	7
I. Metafísica	8
II. Epistemologia	15
III. Psicologia.....	21
Conclusão.....	34
Bibliografia	38

Apresentação

É com grande satisfação e alegria que escrevo a apresentação desta obra, fruto do trabalho metódico e cuidadoso de meu estimado colega da Universidade de Vassouras, Kissel Goldblum, cujo compromisso com o rigor acadêmico e a profundidade filosófica tem sido amplamente reconhecido pelos seus pares. Este livro, que percorre a história do desenvolvimento das ferramentas epistemológicas, representa não apenas uma contribuição significativa ao campo da filosofia e da psicologia, mas também uma fonte preciosa de reflexão para todos aqueles que buscam entender a imbricada relação entre mente, comportamento e conhecimento.

Kissel habilmente nos conduz a um percurso histórico e conceitual, partindo das bases fundadoras da metafísica e atravessando as profundas transformações do período moderno, até chegar à constituição das ciências sociais no século XIX, momento-chave para o surgimento da psicologia como disciplina acadêmica. Essa jornada, longe de ser meramente uma análise retrospectiva, convida o leitor a refletir sobre as implicações que essas questões filosóficas fundamentais têm sobre o nosso modo de perceber e interpretar a realidade.

A estrutura da obra, dividida em três partes, oferece uma visão panorâmica e ao mesmo tempo detalhada das principais ideias e pensadores que moldaram o campo da epistemologia e, consequentemente, as bases do pensamento psicológico. É admirável como o autor entrelaça figuras centrais como Parmênides, Aristóteles, Descartes e Hegel, e nos conduz a uma compreensão mais profunda de como suas contribuições sustentaram o desenvolvimento de teorias que ainda ecoam nas discussões contemporâneas sobre a natureza da consciência e da identidade pessoal.

Portanto, é indubitável destacar a relevância particular para estudantes, pesquisadores e curiosos do campo da psicologia e filosofia, ao oferecer um horizonte de referências claro e acessível sobre temas que, à primeira vista, podem parecer distantes ou abstratos. Contudo, o autor nos lembra, com maestria, que essas questões estruturais da filosofia não são apenas debates teóricos, mas elementos que influenciam diretamente a forma como entendemos o mundo e a nós mesmos. Ao tratar da relação entre mente e comportamento, ou da identidade pessoal, ele nos convida a refletir sobre questões que, ainda hoje, desafiam nossa compreensão e moldam nossas práticas acadêmicas e cotidianas.

Metafísica, Epistemologia e Psicologia: breve história sobre a consciência de nós mesmos é uma leitura fundamental que enriquecerá não apenas a formação de nossos alunos, mas também o horizonte de todos aqueles que se interessam pelos desafios filosóficos e epistemológicos que definem o ser humano.

Congratulações ao autor por esta valiosa contribuição, que certamente se tornará referência em nosso campo de estudo.

Prof^a. Dr^a. Adriana Vasconcelos Bernardino

Pró-Reitora de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Univassouras

Coordenadora do Núcleo de Acompanhamento Pedagógico e Processos Avaliativos da Fundação Severino Sombra

Prefácio

Metafísica, Epistemologia e Psicologia: breve história sobre a consciência de nós mesmos é resultado dos últimos anos da minha experiência como professor de Filosofia do curso de Psicologia da Univassouras, no campus de Maricá. Minha proposta é de sistematizar de maneira acessível e a mais direta possível, alguns dos principais pontos de inflexão na história da intelectualidade humana, que reorientaram as próprias maneiras que pensamos sobre como pensamos sobre o pensamento e a consciência humana. Trata-se, nesse sentido, de um chamado ao pensamento filosófico e psicológico, direcionado a princípio aos alunos, mas também a todos que se interessam pelo tema, que desejam pensar ou, simplesmente, filosofar sobre alguns alicerces fundamentais que constituem nossa própria maneira de pensar.

Este pequeno livro não se propõe a esgotar os temas abordados, mas apenas oferecer um panorama geral, que permita ao leitor situar-se no horizonte das questões clássicas destas disciplinas, buscando entender seus desdobramentos na formação das ciências humanas, especificamente da ciência psicológica. De Parmênides a Aristóteles, de Descartes a Kant, que estruturaram os fundamentos sobre os quais surgiram as teorias epistemológicas da psicologia no final do século XIX e ao longo do século XX. Neste sentido, essa breve, porém rigorosa, investigação expõe as principais ideias que constituíram a forma com a qual experimentamos a matriz da experiência, ao longo da história.

Portanto, oferecemos um painel geral sobre a história do desenvolvimento das ferramentas epistêmicas, que utilizamos para compreender a natureza da experiência de nossa própria consciência. Ao propor essa exposição de maneira sucinta e reflexiva, o objetivo desse volume é também de despertar o interesse pela filosofia e pela psicologia, oferecendo ferramentas epistemológicas úteis para o desenvolvimento intelectual dos estudantes. Por fim, agradeço às Produções Técnicas pelo espaço, aos alunos, aos professores, à minha coordenadora, Prof^a. Michele Mariana, aos trabalhadores de forma geral da Univassouras, e especialmente à Adriana Vasconcelos pela gentil apresentação desta obra. *Vai dar tudo certo.*

Prof. Kissel Goldblum

Introdução

Dividido em três partes, inicialmente, temos uma perspectiva geral sobre a formação histórica da matriz teórica que constitui o campo de estudo da metafísica. Em seguida, atravessaremos as profundas transformações do período moderno, que fizeram com que a questão epistemológica passasse ao primeiro plano das discussões filosóficas. Veremos como estes desdobramentos relacionam-se à conjuntura histórico-filosófica, na qual emergiram as ciências sociais e naturais no século XIX, assim como a psicologia. Neste sentido, buscamos demonstrar que a filosofia e a psicologia estão intrinsecamente ligadas. Desejo que este livro sirva como um guia básico para aqueles que buscam expandir seus conhecimentos acerca das principais questões teóricas metodológicas da história da filosofia, de um ponto de vista psicológico, que caracterizaram a metafísica e a epistemologia, desde o nascimento da Filosofia no século VI a.C. até o advento da Psicologia no século XIX, assim como o desenvolvimento de seus principais ramos.

Nos últimos anos tenho me ocupado da questão metodológica, ou seja, não exatamente de entender o mundo ao redor, mas da maneira que entendemos como entendemos o mundo ao nosso redor. As discussões acerca da natureza da matriz da experiência e das possibilidades de conhecimento estão relacionadas historicamente com alguns ramos da filosofia, especificamente, a metafísica e a epistemologia. Estas questões, embora pareçam abstratas, possuem implicações diretas e profundas na forma como entendemos e lidamos com a realidade à nossa volta. A investigação psicológica acerca da consciência humana, acerca da relação entre mente e comportamento, acerca da identidade pessoal, são desdobramentos de algumas questões estruturais da filosofia. Uma série de filósofos e psicólogos renomados já fizeram essa relação entre essas duas disciplinas, para Piaget, por exemplo, a diferença entre a psicologia e a filosofia não são as questões, já que ambas se “ocupam legitimamente do comportamento, do desenvolvimento ou das estruturas [...] a única diferença entre a psicologia científica e a filosofia reside na descentralização do eu” (Piaget *apud* Japiassu, 1977, p. 58).

As teorias sobre a natureza da experiência, que surgiram nos últimos dois mil e seiscentos anos de história do pensamento ocidental, representaram também novas formas dos seres humanos entenderem sua própria natureza, porque o conhecimento do mundo também pressupõe o conhecimento do sujeito conhecedor. O ser humano perseguiu, através do tempo, aquilo que ele mesmo é em relação ao mundo. O desenvolvimento da psicologia, no século XIX, representou um momento singular na história intelectual humana, que só foi possível devido ao progresso filosófico milenar anterior, que constituíram uma matriz teórica sobre a qual desenvolveu-se a psicologia. Japiassu, na sua *Introdução à Epistemologia da Psicologia*, descreve esta base teórica-metodológica como o “fundo de saber”, isto é do ‘solo’ ou ‘horizonte’ epistemológicos sobre o qual se constitui a psicologia” (*Ibid*, p.13).

Portanto, nas próximas páginas apresento simplesmente um painel geral sobre a história da pavimentação teórica deste “solo”, sobre o qual a psicologia edifica suas raízes científicas. Esta matriz metodológica, desenvolvida há mais de dois mil anos, embora aparentemente latente à experiência, na verdade a modula — quer saibamos que sabemos dela (ou que não sabemos), quer sequer saibamos que não sabemos sobre este “solo”, sobre ele existimos. Deste modo, nossa experiência “sabe”, no sentido em que por esta base metodológica é determinada, moldada e reificada, como Lacan sintetiza: o inconsciente não mente. Analogicamente, somos peixes que ao discutir sobre a natureza do oceano, conhece a si mesmo. É complexo, mas vocês vão entender. Já agradeço a disposição do leitor em entender a falta que alguns nomes importantes desta história fazem, já que seria impossível percorrer extensivamente todos os assuntos e autores dentro da proposta desta investigação. Não obstante, desejo também que essa pequena obra introdutória desperte o apetite pela leitura de maneira geral, em tempos de redes sociais e de poucas palavras. O “mundo não está em absoluto perdido ou garantido, mas se fazendo” (Malito, 2024, p. 343).

I. Metafísica

Assim começou com Parmênides o que Aristóteles mais tarde chamou de primeira filosofia e que, desde Andrônico de Rodas, no século I a.C., conhecemos como ‘Metafísica’. (Hernández-Pacheco, 2011, p. 14)

De maneira geral, dizemos que o nascimento da filosofia ocorreu na Grécia antiga entre os séculos VI e V a.C., quando a questão sobre a natureza passou ao primeiro plano das discussões teóricas da época, substituindo as explicações mitopoéticas sobre o mundo. Aristóteles (384-322 a.C.) afirmou ser Tales de Mileto (624-546 a.C.) o primeiro filósofo, o pré-socrático, acreditava — naquilo que se tornou a própria característica da época entre os pensadores naturalistas — que o mundo deveria ser composto por um único elemento: a *arquê*. “Quanto ao número e à natureza destes princípios, nem todos pensam a mesma coisa. Tales, o fundador de tal filosofia, diz ser a água (é por isso que ele declarou também que a Terra assenta sobre a água)” (Aristóteles, 1984, p. 16). Essa “forma nova inusitada de pensar” (Chauí, 2002, p. 8) foi criada pelos filósofos pré-socráticos, que investigavam — rejeitando os mitos tradicionais e as explicações religiosas — a natureza do mundo. Com os pensadores naturalistas ou pré-socráticos temos o nascimento de uma série de novos termos, como *λόγος* (*logos*), *ἀρχή* (*arquê*) ou *Φύσις* (*physis*), que consubstanciaram, de certo modo, a matriz teórica com a qual desenvolvemos a forma moderna de raciocinar e compreender a realidade. Formava-se os alicerces da teoria do conhecimento ocidental, como Karl Popper sintetizou:

Ora, o que é novo na filosofia grega, o que é acrescentado de novo a tudo isso, parece-me consistir não tanto na substituição dos mitos por algo de mais “científico”, mas sim em uma nova atitude em relação aos mitos. Parece-me ser meramente uma consequência dessa nova atitude o fato de que seu caráter começa então a mudar. (Popper, 1975, p. 319)

Neste sentido, vemos que o nascimento da Filosofia está relacionado com o abandono dos argumentos de autoridade que conservavam os mitos e em última instância estava relacionado com o regime político da época. Chauí nos explica como o teatro trágico foi uma importante instituição cívica religiosa, que estava no limiar da passagem do antigo regime aristocrático para a democracia, portanto, que estava relacionada com a luta de classes entre a plebe e a antiga aristocracia grega. A passagem da administração jurídica, fundada até então na moral aristocrática, foi descrita na *Trilogia Oréstia*, de Ésquilo, com a representação da tomada de decisão feita pelos deuses, sobre passar aos mortais o direito de julgar os outros mortais, simbolizando a transferência da moral, do espaço privado da família, para o público da cidade.

Cidadãos de Atenas! Como ireis agora julgar um crime sangrento, escutai a voz do vosso tribunal. Sobre esse rochedo de Ares, doravante, sentar-se-á perpetuamente o tribunal que fará a raça toda dos egeus ouvir o julgamento de todo homicídio. [...] Este rochedo é chamado Aerópago. Aqui, Respeito e Temor, seu irmão, noite e dia, igualmente, manterão meus cidadãos longe do crime, enquanto conservarem inalteradas as leis [...]. Aqui, fundo um tribunal inviolável, sagrado, mantendo uma fiel observância para que os homens possam dormir em paz. (Ésquilo *apud* Chauí, 2002, p. 138)

Desde então, para a democracia grega, assim como posteriormente para a república romana, a política tinha o mesmo objetivo: realizar a justiça por meio de leis criadas e desenvolvidas pelos próprios seres humanos. Nesta esteira de mudanças sócio-políticas, de uma tendência geral de democratização da polis grega, desenvolve-se novos fundamentos teórico-metodológicos comuns, que poderiam agora ser usados por todos que compartilhavam o amor pelo conhecimento. Portanto novas formas de se pensar sobre a natureza, a vida e, naturalmente, sobre a organização

política da cidade: a Φιλοσοφία (Filosofia). Ao longo da história, essa disciplina teórica se constituiu de uma série de novos ramos específicos, surgidos naturalmente à medida que amadureciam as maneiras pelas quais os homens assumiram a experiência da compreensão da natureza.

A metafísica surge nesta conjuntura como um dos principais ramos da filosofia. O termo teria surgido após a morte de Aristóteles¹, para descrever os livros de sua obra que vieram depois de sua *Física*, esta relacionada com o estudo do mundo natural. Em linhas gerais, metafísica é uma disciplina do conhecimento que trata sobre os fundamentos mesmos da realidade, as verdades eternas por meio das quais desenvolvemos nossas perspectivas teóricas do mundo, os pontos de contato com as essências do ser. No entanto, embora a visão integrada do saber da obra de Aristóteles tenha marcado o início da disciplina — metafísica — como ramo da filosofia, suas origens estão relacionadas com o próprio nascimento da filosofia, “como um tipo específico de saber quando os filósofos pré-socráticos levantaram a pergunta pela ‘αρχή πάντων’ (*arqué panton*), ou seja, pelo princípio de inteligibilidade da totalidade do real” (Imaguire, 2007, p. 7).

A primeira discussão filosófica, entre duas visões opostas sobre a natureza da realidade, foi inaugurada pelos pré-socráticos Heráclito de Éfeso (540-470 a.C.) e Parmênides (510-445 a.C.). De um lado, Heráclito acreditava que tudo estava em um estado de fluxo constante e que, portanto, a mudança seria a única constante no universo. Ao falar do eterno ciclo da vida e da morte, Heráclito diz: “O tempo é uma criança jogando damas, o poder supremo é o de uma criança” (Heráclito *apud* Russell, 2003, p. 33). A figura da criança resume este estado contínuo de mudança e transformação² que representa a própria matriz da experiência do real. O pensamento de Heráclito sobre o fluxo constante nos remete a uma perspectiva do mundo em que todas as coisas estão relacionadas a um movimento, não há, neste caso, essências eternas por meio das quais conheceríamos o ser. Por outro lado, Parmênides, nativo de Eleia, acreditava que a realidade era imutável e eterna, que toda mudança seria apenas ilusória, assim, o pensador naturalista foi um dos primeiros a realizar uma distinção teórica entre *aparência* e *realidade*. Por trás de toda aparência, há uma única realidade que subjaz eterna e imutavelmente, que só poderia ser compreendida por meio da razão. A questão central, para Parmênides, era que todos os pensadores anteriores tinham cometido o erro de falar daquilo que não é como se fosse. Em *Da Natureza*, afirmou: “É necessário que o ser, o dizer e o pensar sejam; pois podem ser; enquanto o nada não é: nisto te indico que reflitas” (Parmênides, 2000, p. 17). Mesmo Heráclito precisou aceitar que as coisas que são também podiam não ser.

Diante de tudo isso, Parmênides afirma simplesmente que “é”. A questão é que aquilo que não é não pode nem mesmo ser imaginado, pois não se pode imaginar o nada. O que não pode ser pensado, igualmente não pode ser, e portanto o que pode ser pode ser pensado. Esta é a tendência geral do argumento de Parmênides. (Marcondes, 2002, p. 38)

O conflito entre Parmênides e Heráclito é incontornável na história do pensamento porque destaca uma tensão fundamental no pensamento ocidental, entre a estabilidade e a mudança, que reverbera ao longo da história humana nas mais diversas áreas do conhecimento. De uma certa perspectiva política, a visão heraclitiana assume que a luta é o motor principal que faz o mundo perseverar. “Homero estava equivocado quando disse ‘Quem dera acabasse essa luta entre deuses e homens!’ Ele não percebeu que rezava pela destruição do Universo, pois se a sua prece fosse atendida, todas as coisas se acabariam” (Russell, 2003, p. 35). Para a linguística ou para a teoria da linguagem, a perspectiva de Parmênides pressupõe que quando pensamos ou falamos, pensamos e

1 “Foi a partir deste pano de fundo que Aristóteles, no livro que depois de sua morte foi chamado *Metafísica*, articulou a ideia de uma saber que investiga o ente enquanto ente” (Imaguire, 2007, p. 7).

2 Podemos perceber como esta visão heraclitiana está relacionada também a uma perspectiva psicológica da infância humana.

falamos sempre sobre algo real, sobre uma realidade material. Supõe-se, deste modo, a existência de coisas externas, “se podemos usar palavras de maneira inteligível ela deve ter algum significado, e o que ela significa deve existir num ou noutro sentido” (*Ibid*, p. 43). De modo geral, este embate marcou a origem de uma discussão entre uma perspectiva que será desdobrada em teorias sobre partículas elementares imutáveis, ou seja, que busca um fundamento ontológico para existência, herdada de Parmênides, enquanto de Heráclito temos a fonte da dialética, do movimento infinito, do πάντα ῥεῖ (*panta rei*). Este embate reaparece na história da filosofia com diferentes roupagens, até se manifestar de maneira irreversível através da dialética hegeliana, no século XIX.

Sócrates (470-399 a.C.) inaugurou a época clássica do pensamento ocidental, embora ele mesmo nunca tenha escrito nenhum tratado, a maior parte do que sabemos sobre seu pensamento vem, principalmente, dos diálogos de seu aluno: Platão. Nesses diálogos, Sócrates é retratado como um filósofo questionador que procurou descobrir a verdade sobre questões éticas e morais através de um método de questionamento e diálogo que passou a ser conhecido como maiêutica, o “método socrático”.³ Considerado um dos fundadores da filosofia ocidental, seu método lançou as bases para o pensamento moderno porque substituiu a questão da natureza, dos pensadores pré-socráticos, pela questão ético-política, “para Sócrates, a filosofia é um modo de viver” (*Ibid*, p. 19). Entre outras coisas, o método socrático é uma resposta aos sofistas e, neste sentido, é uma declaração de comprometimento com a verdade. A maiêutica, que envolve fazer perguntas simples para desafiar pré-suposições e chegar a uma compreensão mais profunda de um assunto específico, é amplamente influente no desenvolvimento da filosofia ocidental e continua a ser usado como uma ferramenta de ensino e aprendizagem.⁴ De uma perspectiva psicológica, a filosofia socrática é particularmente importante porque ao abandonar a centralidade do substrato mesmo da natureza — da *arquê* — inicia-se uma espécie de interiorização do pensamento. Na *República*, Sócrates é retratado questionando-se sobre a natureza da justiça, a relação entre o indivíduo e o Estado e a natureza de uma vida boa. Estas discussões lançaram as bases para o desenvolvimento da Ética e da Filosofia Política e de muitos outros ramos da Filosofia, assim como da Metafísica.

Seu seguidor, Platão (427-347 a.C.), teve um papel central na origem da Metafísica como disciplina do conhecimento. Os diálogos de Platão, especialmente, a *República* e o *Timeu*, contêm discussões importantes sobre a natureza da realidade e a relação entre o físico e o não-físico, o que de fato lançou as bases para o desenvolvimento de alicerces teóricos que formalizaram a metafísica enquanto disciplina do conhecimento. Nestes diálogos, Platão afirma que a realidade pode ser dividida em dois reinos: o mundo das formas ou ideias, em grego εἶδος (*eidos*, forma ou ideia⁵, a forma imutável, o inteligível), e o mundo físico, descrito no *Timeu* como γένεσις (*genesis*, aquilo

3 Aaron Beck (1921–2021) introduziu a chamada “questionação socrática” (Socratic questioning) na TCC como técnica terapêutica.

4 Seu foco na auto descoberta e no questionamento crítico é um componente valioso em muitas práticas psicológicas que visam o crescimento pessoal e o desenvolvimento do pensamento crítico. A maiêutica, apesar de não estar diretamente associada a um ramo específico da psicologia, influenciou várias abordagens terapêuticas e educativas. Particularmente, a psicologia humanista, desenvolvida por Carl Rogers e Abraham Maslow e a terapia cognitivo-comportamental (TCC), em que os psicólogos frequentemente utilizam perguntas socráticas para ajudar os pacientes a identificar e desafiar pensamentos distorcidos ou crenças irracionais.

5 Esta noção nos dá um bom plano de fundo para pensarmos sobre o objeto de análise da Psicologia, veja — na grécia antiga, *ideia* é sinônimo de *forma*, de *visível*, *inteligível*, aquilo que podemos ver posto que é imutável, enquanto a existência física, era caracterizada, antes de tudo, como algo mutável, portanto imperfeito. Deste modo, o conteúdo do pensamento — a ideia — não era carregada de tanta subjetividade como hoje em dia. Parece que invertemos essa noção hodiernamente: o físico nos parece pertencer ao campo objetivo, enquanto a ideia ao campo subjetivo.

mutável), αἴσθησις (*aisthesis*⁶, a maneira que sentimos o mundo) e também δόξα (*doxa*, opinião, que se refere à opinião em relação à experiência sensível, portanto, em oposição à ἐπιστήμη [*episteme*, em referência ao conhecimento racional do reino das ideias]). Para o filósofo, as ideias/formas são a fonte de todo o verdadeiro conhecimento e nossa compreensão do mundo físico é apenas uma sombra ou cópia das formas ou ideias. Esta concepção da ideia ou da forma, que são os objetos do conhecimento, marcou, seguindo os passos de Sócrates, um afastamento radical da filosofia anterior dos pré-socráticos, que se concentravam na realidade física como fonte de todo conhecimento. O dualismo platônico, a ideia que afirma a existência de dois reinos distintos na realidade, é um aspecto central do platonismo, que teve um impacto fundamental nas origens da metafísica, assentando o terreno sobre o qual erigiu-se algumas questões fundamentais do pensamento, como as possibilidades de agenciamento entre estes dois âmbitos da realidade, como interação, ou seja, como o conhecimento do mundo sensível pode ser obtido a partir das ideias, o que será repetidamente discutido no decorrer da história do pensamento ocidental. Paul Wienpahl afirma que, desde a obra *Fedón* de Platão, a tradição desenvolveu, com certa dificuldade, os temas relacionados ao pensamento e ao pensar.⁷ Ainda não estamos totalmente certos ou conscientes do que vemos quando olhamos para dentro.

Indispensável à história da metafísica é a complexa relação entre o platonismo e o cristianismo ao longo da história. Para explicar os fundamentos de sua teoria do conhecimento, Platão adota uma perspectiva inatista, quer dizer, acreditava que os atributos que compõem a existência não eram suficientes para dar conta de toda a realidade, sendo necessário, deste modo, um elemento prévio para realizar a síntese do conhecimento. O *paradoxo de Mênon* ilustra a questão, diz Mênon a Sócrates: “Como procurar por algo, Sócrates, quando não se sabe pelo que se procura? Como propor investigações acerca de coisas as quais nem mesmo conhecemos? Ora, mesmo que viéssemos a depararmos com elas, como saberíamos que são o que não conhecíamos?” (Platão, 1996, p. 54). Como resposta, expôs a famosa *doutrina da reminiscência*, uma das primeiras formalizações de uma hipótese inatista. Platão explica que a razão pela qual podemos reconhecer as verdades das coisas no mundo é devido ao fato de que “a alma, é pois, imortal; renasceu repetidas vezes na existência e contemplou todas as coisas existentes tanto na p.terra como no Hades e por isso não há nada que ela não conheça!” (*Ibid*, p. 55). Ao encarnar no corpo, nossa alma tem a visão das formas obscurecidas, de tal modo, devemos, portanto, nos esforçar para acessar este conhecimento esquecido. Séculos depois, esta visão será renovada pela crença cristã em um Deus criador transcendente, resultado de uma síntese entre o judaísmo e o helenismo, que pode ocorrer devido ao pano de fundo político e cultural, durante a época que reinou Alexandre, o Grande, qual permitiu a aproximação entre a cultura judaica e a filosofia grega, o que tornará possível o surgimento do cristianismo.

Aristóteles começou a sua filosofia rejeitando o dualismo platônico. Para o aristotelismo, a tentativa de conciliação entre dois reinos de natureza distintos — o mundo inteligível e o mundo sensível — conduz inevitavelmente a um paradoxo: o paradoxo das relações. Para superar o dualismo, Aristóteles desenvolveu uma nova estrutura para a metafísica, isto é, uma nova concepção sobre o próprio fundamento da realidade, que não dependia do dualismo platônico. Como afirma na *Metafísica*:

E quando Sócrates, desprezando o universo físico e limitando seu estudo a questões morais, procurou o universal nesse campo e foi o primeiro a se concentrar nas definições, Platão seguiu-o e supôs que o problema da definição não se refere a coisa alguma sensível mas a entidades de outro tipo, pela

6 “A noção de estética, antes de ter sido associada com a arte e com o belo, derivou ‘do grego *aisthesis* ou *aestesis*, [...] [que] significa a capacidade de sentir o mundo, compreendê-lo pelos sentidos, é o exercício das sensações” (Bedore, 2017, p. 1).

7 Cf. Wienpahl, 1990, p. 107.

razão de que não pode haver definição geral de coisas sensíveis, que estão sempre mudando. Chamou essas entidades de “Ideias” e afirmou que todas as coisas sensíveis são nomeadas segundo elas e em virtude de sua relação com elas; pois a pluralidade de coisas que têm o mesmo nome das Ideias correspondentes existe por participarem delas. (Aristóteles, 2004, p.345)

Para o aristotelismo, deste modo, “o que existe é a substância individual, que podemos considerar aqui como o indivíduo material concreto (*synolon*). Este seria o constituinte último da realidade, o que evitaria o dualismo” (Marcondes, 2002, p. 90). O mundo seria formado de atributos materiais concretos, não havendo deste modo uma divisão da realidade em reinos. Estes fundamentos substanciais, por sua vez, seriam constituídos de matéria (*hyle*) e forma (*eidos*). Neste sentido, a matéria é o princípio de individuação e a forma, a maneira como, em cada indivíduo, a matéria se organiza. Para Aristóteles, não existem essências de ideias gerais, ou seja, enquanto para Platão existe um reino próprio das ideias, ao qual as coisas físicas estariam relacionadas, de tal modo, estas coisas seriam apenas uma espécie de reificação das ideias, de suas realidades ideais. Assim, para o pensamento platônico, a certeza das ideias do mundo, seja desta caneta que tenho em minhas mãos, deve-se ao fato de que antes mesmo de eu nascer nesse mundo, já tive contato com todas as ideias verdadeiras, inclusive da ideia mesmo desta caneta. No entanto, para o estagirita, como não há qualquer cisão do mundo, eu não posso pensar na ideia separada da matéria, quer dizer, não existe, por exemplo, uma ideia do que seja o café para além de um exemplo prático — este café, aquele café etc. —, não há, digamos, a *cafeidade*⁸ do café no reino das ideias, como Platão acreditava.

Deste modo, Aristóteles renova a metafísica ao expor uma nova matriz teórica sobre a natureza da realidade, estabelecendo consequentemente novas bases metodológicas para o pensamento, por exemplo, por meio da adoção do *silogismo*, definido nos *Analíticos Anteriores*, a forma clássica do argumento dedutivo, que concebe conclusões a partir de premissas precedentes. Aristóteles fundamenta algumas noções básicas do pensamento moderno, como por exemplo, as noções de Ser, quando afirma que os atributos existem de diferentes maneiras, ou seja, o modo de existência das coisas individuais é diferente do das quantidades, qualidades e relações, já que todas estas noções não existem por si só, mas dependem das substâncias quais estão relacionadas. No mesmo sentido, uma série de outros conceitos correlacionados com o pensamento lógico, como essência e acidente, necessidade e contingência, ato e potência, que constituem, de certo modo, uma propedêutica para o conhecimento clássico. Também a noção de potencialidade, que se refere à capacidade de algo existir ou tornar-se real, enquanto a atualidade refere-se à existência de algo na realidade.

A obra *De Anima* de Aristóteles também é incontornável nesta esteira, pela busca das fontes da formação da metafísica, relacionada com a estruturação da consciência ocidental. A investigação sobre a matriz da natureza da alma (*Ψυχή*, *psykhe*) e suas faculdades cognitivas, definiu a alma como princípio vital, mas elabora uma análise sistemática dos diferentes níveis de afecção e atividade intelectual, desde as funções sensoriais até o intelecto ativo (*νοῦς ποιητικός*, *nous poietikos*), capaz de abstração e raciocínio. Nesse processo, *De Anima* estabelece uma compreensão do intelecto como uma capacidade que interage com o mundo por meio de afecções, apreendendo formas sem a matéria, o que estrutura um modelo de cognição e ontologia que transcende a mera fisiologia. Esse modelo foi fundamental para o desenvolvimento posterior da metafísica, pois configura o intelecto como uma faculdade que não só responde ao mundo sensível, mas que também participa de uma ordem racional e universal, influenciando decisivamente a maneira como a tradição filosófica ocidental pensou a relação entre sujeito e conhecimento, alma e corpo, e a própria noção de identidade pessoal.

A ascensão do Império Helênico, realizada por seu mais importante aluno, Alexandre, o Grande, deu início a um novo período na história do pensamento ocidental — o período Helenístico —, caracterizado pela difusão da língua, da filosofia, da arte e da ciência grega, nas diversas regiões conquistadas e nas novas cidades fundadas pelo império de Alexandre⁹. Assim como por

8 A essência mesma do café, em si mesma, como explica o prof. João Bastos em suas aulas.

suas conhecidas escolas do pensamento, como o estoicismo, o epicurismo e o ceticismo, que emergiram, deixando uma grande herança para a história intelectual da humanidade, cada uma contribuindo com novas perspectivas sobre a natureza humana, a ética e o conhecimento. Os estoicos, por exemplo, enfatizaram a importância da razão e do autocontrole, conceitos que mais tarde influenciaram teorias psicológicas sobre a resiliência e a regulação emocional. O epicurismo com seu foco no prazer e na ausência de dor como o caminho para a felicidade, trouxe novas compreensões sobre motivação e bem-estar psicológico. O ceticismo, por outro lado, desafiou a certeza do conhecimento, promovendo uma atitude de questionamento contínuo e adaptabilidade cognitiva.

Com a ascensão do Império Romano, estas filosofias foram absorvidas e adaptadas ao contexto romano, que enfatizava a prática e a aplicação das ideias filosóficas à vida cotidiana e à governança. Os romanos valorizaram a praticidade e o utilitarismo, o que levou a uma ênfase maior na resiliência pessoal e na autodisciplina, características fundamentais da psicologia estoica. Marco Aurélio, imperador romano de 161 a 180, é reconhecidamente um dos mais influentes estoicistas da história do pensamento. A expansão do Império Romano facilitou o sincretismo cultural, permitindo a fusão de ideias orientais e ocidentais que enriqueceram o entendimento psicológico da época. Esse período também viu o início da integração de conceitos filosóficos com a emergente tradição cristã, o que preparou o terreno para a complexa interseção entre filosofia, religião e psicologia que caracterizaria a vida medieval. Essas correntes filosóficas forneceram um rico legado de ideias que influenciaram as bases do pensamento psicológico, preparando o terreno para a integração dos conceitos filosóficos e psicológicos que apareceriam inicialmente com Santo Agostinho.

No século IV, a queda do Império Romano precedeu um novo tempo histórico: a Idade Média, que definimos aqui como um período em que a Igreja católica tinha o monopólio da educação e da cultura, portanto, da teologia sobre a razão. Com a perda da organização político-geográfica do Império, a vida urbana deixou de ser o modelo da vida geral europeia, que se fechava em grandes comunidades, ao passo que as populações passaram a buscar proteção nos feudos, sob o auspício dos reis medievais, que ofereciam condições materiais de existência onde a população podia sobreviver e se organizar em torno da terra, conservando a fé católica. Esse desvio moldou uma nova maneira de pensar em si e no mundo ao redor, centrada em uma noção de tempo teológico, que dominava a vida materialmente vivida por meio de um enredo religioso, baseado em uma interpretação específica do evangelho, que criava uma ideia de dependência com a instituição católica, reificada na autoridade do Papa, desde Pedro (de 30 à 64 d.C.) ao Papa Francisco (de 2013 a 2025) até o fim dos tempos. Essa ideia se afastava da concepção romana de uma racionalidade cívica internacional, que havia caracterizado o cidadão do antigo Império.

Com o passar dos anos, esta nova conjuntura político-econômica, que se estabelecia nas regiões anteriormente sob o domínio do Império Romano do Ocidente, fez com que as pessoas perdessem a noção de cidadão de um império, passando a constituir suas vidas apenas dos acontecimentos relacionados com o feudo, por uma educação e cultura monopolizadas pela religião. As pessoas, em geral, não refletiam sobre o que excedia a órbita da compreensão da extensão geográfica dos feudos, elas passaram a “se defrontar com uma natureza inteiramente conservadora, na qual tudo era hoje como havia sido no começo do mundo; e na qual, até o fim do mundo, tudo continuaria a ser igual ao que fora no começo” (Engels, 1979, p. 148). A ideia de um mundo originário passou a ser comumente aceita após a adoção do catolicismo como religião do império, a “natureza não era considerada, de forma alguma, como algo que se desenvolvia historicamente, que tivesse uma história no tempo; levava-se em conta, apenas, a extensão no espaço” (*Ibidem*).

O primeiro autor deste período, que operou um desvio fundamental no desenvolvimento de nossa maneira de pensar, foi Santo Agostinho. O princípio agostiniano que afirma ser *in interiore homine* (no homem interior) o lugar da verdade, além de renovar a filosofia platônica ao aproximá-la

9 Como Alexandria no Egito, que desempenhou um papel central na difusão do conhecimento de maneira geral e inclusive para a formação da filosofia cristã

do cristianismo, também servirá como fundamento para as *Meditações* cartesianas, mais de mil anos depois. Agostinho de Hipona (354-430) foi o primeiro a conceber Deus e a alma como seres imateriais. Seu pensamento dá início à perspectiva geral da dicotomia cristã entre carne e espírito, correlacionada com as noções platônicas de *reino das ideias* e *mundo sensível*. “Entre Platão e Descartes, está Agostinho. Toda a perspectiva de Agostinho foi influenciada pelas doutrinas de Platão da forma como foram transmitidas a ele por Plotino” (Taylor, 2014, p. 169). Platão e Santo Agostinho compartilham a centralidade da noção de *dualidade*, o *mundo das ideias* foi reinterpretado por Agostinho como o *reino dos céus*. De uma perspectiva metafísica, devemos notar que Agostinho renova a própria noção de *ideia*, que passa a ser compreendida como “os pensamentos de Deus e, por isso, podem continuar eternas mesmo nesse novo contexto teísta” (*Ibidem*).

No mesmo sentido, a concepção platônica de criação *ex nihilo* (a partir do nada)¹⁰ foi relacionada com a ideia agostiniana de que a mente humana *participa* da mente de Deus. Agostinho diferencia a alma humana, a parte interior do ser humano, da parte exterior, o corpo humano. A famosa frase: “*noli foras ire, in te ipsum redi, in interiore hominis habitat veritas*”, ou seja, “não vá para fora, volte para dentro de si mesmo, no homem habita a verdade”, sintetiza esta noção. “A virada de Agostinho para o *self* foi uma virada para a reflexão radical, e foi isso que tornou a linguagem da interioridade irreversível” (*Ibid*, p. 174). Estão no pensamento agostiniano as origens da noção de que o “eu penso” constitui uma substância distinta da natureza em geral. Deste modo, para Santo Agostinho, provar a existência de Deus exigiu uma espécie de reformulação sobre a própria noção de que se tinha à época, sobre o que era compreender. Conhecer é conhecer como conhecer e não exatamente conhecer as coisas particulares do mundo. Deus se encontra em nosso interior, em nossa alma.

Donde se conclui que, para a concepção clássica, a essência do homem se define principalmente como razão. O problema que se coloca é o de determinar as relações do princípio essencial deste ser dotado de razão com seu próprio corpo e com o mundo. O centro de interesse do pensamento antigo é, pois, o cosmo (ordem, beleza, harmonia): a ordem do mundo que encontra sua mais alta expressão no curso regular dos astros e em sua harmonia. Nesta época, os homens e os deuses devem obediência a esta lei suprema do devir em sua totalidade. O homem, porém, se separa desta situação global que o aprisiona: ele tenta ordenar o devir impondo aos acontecimentos um princípio inteligível, dando-lhes uma interpretação discursiva e racional. Todavia, a inteligência humana não está ainda segura de si. Ela não pode ainda estar certa da validade de suas interpretações. Encontra-se ainda numa situação inferior e considera-se como uma instância subordinada que recebe do “alto” os princípios de sua atividade. A razão se exerce do “alto” para “baixo”, dos deuses aos homens. Eis a concepção que vem de Platão até a Idade Média. (Japiassu, 1977, p. 31)

A partir do Renascimento, “a harmoniosa unidade da espiritualidade medieval se decompõe cada vez mais sob a pressão da força das novas disciplinas científicas. Com o primado conferido à individualidade do homem, este se torna cada vez mais o centro dos valores e do conhecimento” (*Ibidem*). Na passagem da Idade Média para a Modernidade, irrompe-se um novo indivíduo, que passa a compreender suas relações pessoais de maneira técnico-operativa — mecanicista — seja sua relação com o espaço, com sua família ou com o Estado. Nesse sentido, aquele antigo indivíduo que se via numa relação teológica, passa agora a buscar fundamentos epistemológicos para entender as mais diferentes disciplinas do conhecimento, o que começa com a matemática e a astrologia na revolução científica e se desdobra nas ciências sociais e naturais no século XIX.

Esta conjuntura constituiu uma nova estrutura psicológica, refletindo as transformações sócio-

10 *Ex nihilo* é uma expressão latina que significa “do nada” ou “da ausência de qualquer coisa”.

-políticas da mudança de uma vida medieval, circunscrita até então ao feudo, para os novos modos de produção capitalistas nas novas cidades. Portanto, o sujeito moderno nasce à medida que se desvincula das estruturas tradicionais de autoridade (a Igreja católica e os reis medievais) e passa a afirmar-se como centro de autoridade subjetiva de sua própria vida. Essa mudança inaugura uma subjetividade metafísica voltada para a interioridade, para a consciência de si, o que estruturou uma espécie de responsabilidade individual, vinculada à uma série de noções modernas, como crítica, razão de Estado, liberdade etc. Estas serão utilizadas como fundamentos para a edificação desse novo indivíduo, à medida que a história do pensamento ocidental se desenvolvia sob o predomínio do método cartesiano, que orientou, como veremos a seguir, o pensamento moderno em direção a uma metafísica da subjetividade, da interpretação e da representação.

II. Epistemologia

Essa tradição do pensamento grego é rearticulada na modernidade na medida em que o racionalismo moderno estabelece no seu centro o pensamento como “princípio do mundo”, ou seja, reafirma tese platônica de que a verdadeira compreensão da realidade se efetiva por meio de conceitos e ideias, que apreendem o próprio ser de tudo, a realidade como ela é em si mesma, portanto em suas notas essenciais e não simplesmente em sua função em relação ao sujeito. (Imaguire, 2007, p. 7)

Koyré, em *Do mundo fechado ao universo infinito*, afirma que entre os séculos XVI e XVII ocorreu “uma radicalíssima revolução espiritual de que a ciência moderna é ao mesmo tempo, a raiz e o fruto” (Koyré, 1991, p. 9). A “modernidade transformou o homem de espectador em proprietário e senhor da natureza, outros salientaram a substituição do modelo teleológico e organicista do pensamento e da explicação pelo modelo mecânico e causal” (*Ibidem*). Com o surgimento da ciência moderna, a população em geral começou a questionar a validade das formas tradicionais de conhecimento, como as crenças religiosas e filosóficas da Idade Média. Procuraram desenvolver uma abordagem mais rigorosa e empírica do conhecimento capazes de superar as teologias religiosas.

René Descartes (1596-1650), em suas *Meditações*, dá início à uma nova filosofia ao propor a utilização do novo método de análise experimental das revoluções científicas na filosofia. Neste livro, encontra-se a máxima: *cogito, ergo sum* (penso, logo existo) que lança as bases para o método científico e uma nova forma de pensar sobre o mundo natural. Na *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*, através da concepção da árvore do conhecimento, Descartes anuncia a *Nova Filosofia* como um desdobramento necessário, no pensamento, do método científico: havíamos descobertos os troncos, os galhos e folhas por meio das ciências naturais, mas cabia agora à filosofia revelar suas raízes¹¹. Assim, inaugura um novo método de investigação baseado no método científico de observação, demonstrado em suas meditações, ao voltar-se para a sua própria experiência, abandonando a autoridade religiosa e as bases do pensamento de Aristóteles e de São Tomás.

Neste sentido, Descartes realiza uma espécie de acabamento histórico da Metafísica, ao propor o uso do método experimental no pensamento. Ou seja, simplesmente, pensar sobre o pensamento a partir das experiências pessoais. As pessoas, em geral, experienciavam a realidade por meio de uma teoria psicológico-teológica que mediava sua relação com o mundo, definida por um enredo religioso, que circunscrevia todos os aspectos da vida dos seres humanos, desde o nascimento, os acontecimentos diários do feudo, a relação de produção entre servos e os senhores feudais, assim como o renascimento no mundo vindouro. Deste modo, Descartes acreditava que o conhecimento poderia ser alcançado através da dúvida sistemática e da razão, em vez de confiar na tradição ou na autoridade. Para o autor, a mente e o corpo são substâncias separadas, de modo que a mente só seria capaz de compreender o mundo por meio da razão e da intuição. Esta ideia renova as

11 Cf. Descartes, 2003, p. 27.

bases para o desenvolvimento do dualismo na História. Destes, o mais evidente é a divisão entre *res cogitans* (coisa pensante) e *res extensa* (coisa extensa), enunciada claramente em suas obras.

Ao transportar a noção de “ideia” do intelecto divino para o conteúdo do espírito humano, Descartes inaugurou conscientemente um novo uso desta noção suscitando, assim, ao longo da filosofia moderna, um intenso debate quanto ao seu sentido preciso, sua função e sua origem. (Gleizer, 1999, p. 23)

O cartesianismo pretende, deste modo, resolver a questão sobre a fundamentação epistemológica, que marcou o primeiro plano das discussões filosóficas no início da modernidade. A *substância pensante* funciona como uma espécie de fundamento epistemológico para Descartes, o que constitui uma propedêutica para o conhecimento. Como Schultz resume em sua *História da Psicologia Moderna*, o “trabalho mais importante de Descartes para o desenvolvimento da psicologia moderna foi a tentativa de resolver o problema mente-corpo, uma questão controversa durante séculos” (Schultz, 2019, p. 32). Para o cartesianismo, o pensamento constroi, de certo modo, uma representação da Substância. “Assim como a noção de ‘ideia’ emigra de seu sentido ôntico para aplicar-se a conteúdo dos intrapsíquicos, as coisas ‘da mente’, assim também a ordem das ideias deixa de ser algo que descobrimos e passa a ser algo que construímos” (Taylor, 2014, p. 191). Se para Platão, o objetivo máximo dos seres humanos é encontrar o caminho pelo qual a alma pode alcançar o supra sensível, o reino das ideias, para Descartes, descobre-se e se compreende o mundo, observando-o, objetificando-o. “O cartesianismo nos mostrou que as ideias *claras e distintas* são o que há de mais verdadeiro na relação entre o homem e a natureza” (Goldblum, 2019, p. 20).

Descartes, ao longo de sua vida, parece ter concebido uma série de *insights* sobre Psicologia¹², principalmente behaviorista, por exemplo, como quando teria afirmado, de acordo com um biógrafo, que “depois de chicotear um cachorro seis ou oito vezes ao som de um violino, o simples som já leva o cachorro a chorar e tremer de medo” (Watson *apud* Schultz, 2019, p. 168). Na verdade, sua filosofia descreve uma relação mecanicista do corpo humano, fazendo referência direta com figuras mecânicas, principalmente relógios, comparando o sistema nervoso aos canos de água e os músculos e tendões às engrenagens e molas. Neste sentido, Descartes desenvolve a concepção de movimentos involuntários: “ele chegou à ideia do *undulatio reflexa*, um movimento não comandado ou não determinado pela vontade consciente de se mover. Por conta desse conceito, muitas vezes Descartes é definido como o autor da teoria do ato reflexo” (*Ibid*, p. 34). De tal modo, esta teoria muitas vezes é apontada como precursora da noção behaviorista de estímulo-resposta.

Gottfried Leibniz (1646-1716), para além do pensamento cartesiano, não levava em conta apenas as percepções claras e distintas, mas também as percepções obscuras ou menores, as *petites perceptions*, que escapavam à consciência. Para esta tradição, portanto, a mente não poderia equivaler somente à consciência, ao contrário, no domínio do mental, encontra-se conteúdos de diferentes graus, desde os mais claramente conscientes até os mais obscuros e inconscientes. Na *Monadologia*, Leibniz afirma:

O estado transitório que envolve e representa uma multiplicidade na unidade, ou na substância simples, outra coisa não é senão o que se denomina Percepção, que se deve distinguir da apercepção ou da consciência, como adiante se verá. Nisto é que os cartesianos se equivocaram ao desprezarem as percepções que não são apercebidas. (Leibniz, 2009, p. 2)

Esta noção se relaciona com a própria origem da concepção de inconsciente freudiano, que influenciado pela *apercepção* leibniziana, desenvolve um sistema complexo de dinâmicas psíquicas,

12 Cf. Schultz, 2019, p.31.

em que o inconsciente abriga conteúdos reprimidos que podem ser trazidos à luz da consciência¹³, por meio da análise. Assim, a diferenciação de Leibniz entre *percepção* consciente e *apercepção* pode ser vista como um antecedente filosófico das teorias freudianas sobre a mente.

Em oposição aos racionalistas franceses, reconhecidamente Descartes e Leibniz, do outro lado do canal da Mancha, o empirismo britânico marca a grande discussão teórica com o racionalismo francês na primeira fase da modernidade. Os empiristas acreditam que o fundamento epistemológico está relacionado com a experiência sensorial — empírica —, nossas ideias seriam, neste sentido, derivadas de nossas experiências e não ao contrário. Os mais famosos empiristas britânicos, John Locke, George Berkeley e David Hume, rejeitaram o entendimento de que existiriam ideias inatas na mente e argumentaram que todo o conhecimento é adquirido através da experiência. Essa discussão marcou portanto a controvérsia entre a centralidade dos juízos sintéticos, a posteriori, e juízos analíticos, a priori.

No século XVIII, Immanuel Kant (1724-1804) foi responsável por demarcar uma mudança de paradigma em relação aos filósofos do século XVII, que ficou conhecida como a — virada epistemológica — à qual atribuíram, hiperbolicamente, a “destruição da metafísica”. Kant operou uma síntese que se propôs a solucionar o debate a respeito dos princípios fundamentais da metafísica no início da modernidade, ao conservar o empirismo de Hume, ao mesmo tempo em que aceita os pressupostos das categorias intuitivas cartesianas. Trata-se aí de procurar uma “resposta à questão da relação entre pensamento e realidade através de uma reflexão epistemológica. Essa mudança de postura provoca uma reviravolta fundamental na natureza mesma da filosofia” (Imaguire, 2007, p. 8). Kant propôs resolver a questão da comunicação entre uma teoria do ente, ou seja ontológica, e uma teoria do conhecimento, epistemológica. Portanto, de definir o que pode ser exprimido ao espírito humano no quadro categorial que determina sua estrutura cognoscente. Em poucas palavras, a preocupação da Filosofia, a partir de Kant, consiste em destacar essa matriz categórica que estrutura todo o conhecimento dos seres humanos, “já que a estruturação conceitual dos dados de nossa percepção depende desse quadro” (*Ibid*, p. 9). Como Japiassu coloca na sua *Introdução à Epistemologia Psicológica*, essa desconstrução pode ser “caracterizada por dois traços essenciais: em primeiro lugar, pelo fim da metafísica espiritualista, estabelecida sobre as bases de uma filosofia reflexiva da consciência; em segundo lugar, pela crise que se instala na moral do consentimento livre e autônomo” (Japiassu, 1977, p.23).

Kant marca a diferenciação moderna entre a Filosofia e as ciências empíricas, que visam entender e explicar os fenômenos da natureza, como os químicos, biológicos etc. A metafísica, portanto, que buscava alicerces duradouros, uma matriz objetiva do conhecimento para além do reino da experiência sensível passa a ser considerada uma ilusão, assim como toda reivindicação a objetos de nosso entendimento fora da experiência. Como mostrou na sua *Crítica da Razão Pura*:

Ainda, porém, que todo o nosso conhecimento começa com a experiência, nem por isso surge ele apenas da experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento por experiência fosse um composto daquilo que recebemos por meio de impressões e daquilo que a nossa própria faculdade de conhecimento (apenas movida por impressões sensíveis) produz por si mesma; uma soma que não podemos diferenciar daquela matéria básica enquanto um longo exercício não nos tenha tornado atentos a isso e aptos a efetuar tal distinção. (Kant, 2015, p. 45-46)

Kant mostrou, por meio de uma crítica sobre os próprios fundamentos epistemológicos, que possuímos “categorias universais e necessárias, isto é, válidas objetivamente no domínio da experiência e que, portanto, possuímos conhecimento intersubjetivamente válido do que é experimentado das coisas para nós” (*Ibidem*). Todas as coisas que experimentamos, experimentamos através de uma

13 Percepção, em termos leibnizianos.

mediação realizada pelas categorias universais, que determinam conceitualmente o conteúdo da natureza empírica, que não é universal nem necessário, torna-se agora entendido pelos seres humanos “enquanto tal é necessariamente estruturado, organizado e constituído como objeto através destas categorias de nosso entendimento” (Oliveira, 2004, p. 165). De modo geral, a crítica kantiana se refere a impossibilidade de, por meio de uma estrutura epistemológica, descobrir estruturas ontológicas. A metafísica “ingenuamente ontologiza as categorias de nosso pensamento e assim procura caracterizar uma realidade que transcende nossa experiência sensível” (Imaguire, 2007, p. 166). A virada epistemológica kantiana renovou a problemática da teoria do conhecimento, dando à disciplina um novo status de ferramenta principal do conhecimento capaz de conhecer verdadeiramente o que podemos conhecer da natureza, distinguindo o âmbito empírico-psicológico das estruturas transcendentais suprassensível. No Prefácio à segunda edição de 1787, Kant introduz a célebre metáfora da revolução copernicana que ele deseja realizar na filosofia. Da mesma forma que Copérnico inverteu o modelo tradicional do cosmos, onde se acreditava que o Sol girava em torno da Terra, ao demonstrar que, na verdade, é a Terra que gira ao redor do Sol, Kant propõe que, na relação de conhecimento, não é o sujeito que se ajusta ao objeto (a realidade), como defendia a tradição, mas sim o objeto que é moldado pelo sujeito.

Georg Wilhelm Hegel (1770-1831) fundou a *Fenomenologia*: a ciência dos atos da consciência, renovando, novamente, a problemática das discussões filosóficas da época, ao substituir “o problema epistemológico da fundamentação do conhecimento pela autorreflexão fenomenológica da mente” (Goldblum, 2024, p. 17). Como vimos, desde Aristóteles, a verdade foi definida como ausência de contradição, se “A é igual a A, não pode ser igual a B ou a qualquer não A. Simplesmente isso. Sua lógica codifica essas normas elementares, sem as quais qualquer discurso se torna impossível” (Marx, 2007, p. 8). Deste modo, tradicionalmente, aceitamos que todas as coisas são iguais a si mesmas e diferente de tudo que não são. Nada pode ser igual a si e também igual a outra coisa, nessa perspectiva, isto caracterizaria uma contradição. “A revolução copernicana no pensamento humano veio com a reversão dessa identificação na obra de Hegel — para quem, em vez de falsidade, a contradição aponta para a apreensão das dinâmicas essenciais de cada fenômeno” (*Ibid*, p. 9). Como denunciou na *Fenomenologia do Espírito*:

Com a mesma rigidez com que a opinião comum se prende à oposição entre o verdadeiro e o falso, costuma também cobrar, ante um sistema filosófico dado, uma atitude de aprovação ou de rejeição. Acha que qualquer esclarecimento a respeito do sistema só pode ser uma ou outra. Não concebe a diversidade dos sistemas filosóficos como desenvolvimento progressivo da verdade, mas só vê na diversidade a contradição. (Hegel, 2014, p. 22)

A filosofia hegeliana se opôs ao positivismo de Comte, por entender a consciência como um processo histórico e dialético, em que o indivíduo se constitui indefinidamente na relação com o outro e com o mundo. Compreender a contradição agora é compreender o movimento real dos fenômenos. De acordo com a tradição racionalista de Descartes a Kant, seria necessário a compreensão de uma certa propedêutica relacionada aos fundamentos do conhecimento, apenas a partir destes fundamentos epistêmicos seguros sobre a validade de nossos juízos é que podemos iniciar uma busca pela verdade. Robert Hartman, em sua introdução à *Razão na História* de Hegel, afirma: “Hegel comparava o programa de Kant com o do escolástico que queria aprender a nadar antes de se aventurar a entrar na água” (Hegel, 2001, p. 16). A investigação das maneiras pelas quais conhecemos o mundo é ela própria o conhecimento, não podemos alcançar este conhecimento porque este já está pressuposto desde o início do processo. Neste sentido, Hegel está criticando a antiga concepção da filosofia como propedêutica. “A filosofia não pode ser entendida pura e simplesmente como um *organon* que trata do instrumento do saber antes do saber, nem um amor à verdade que não é a própria posse da verdade” (Marcondes, 2002, p. 222).

Neste sentido, criticou a filosofia kantiana do mesmo modo como criticou o racionalismo moderno, inaugurado pela tentativa de Descartes de fundamentar epistemologicamente a possibilidade do conhecimento no pensamento. Segundo o autor, Kant jamais teria se questionado sobre a origem do processo de formação da subjetividade epistêmica. Hegel vai tratar exatamente deste processo de formação, fazendo da Filosofia um fator histórico concreto. Neste sentido, pela primeira vez na história do pensamento ocidental alguém afirmou que o mundo é resultado do trabalho humano, desconstruindo definitivamente a concepção teológica de *mundo originário*, trazendo a história à filosofia. “A história, porém, quando plenamente compreendida destrói o esquema idealístico” (Marcuse, 1988, p. 64). A concepção hegeliana da historicidade humana conduziu à compreensão da centralidade do *trabalho* nas relações sociais. Por meio do *trabalho* os seres humanos modificam as circunstâncias e deixam circunstâncias modificadas para as próximas gerações. Ou seja, o mundo atual não é um mundo originário, resultante de uma criação divina transcendente — *ex nihilo* —, de outro modo, estas circunstâncias atuais em que me encontro, nas quais nasci, certamente resultaram das mudanças das circunstâncias realizadas pelo trabalho humano.

Afirma-se, assim, pela primeira vez na história da filosofia, que o mundo é produto do trabalho humano, como realidade histórica construída coletivamente pelos homens. Também pela primeira vez afirma-se, na filosofia, que o homem é um ser histórico, o que é dado por sua capacidade de trabalho. (Marx, 2007, p. 19)

Hegel já não tinha que se preocupar em compreender as coisas do mundo, mas a sua mudança, ou seja, entender um mundo que se pensa a si mesmo, “a ideia de ‘substância como sujeito’ concebe a realidade como um processo dentro do qual todo ser é a unificação de forças contraditórias” (Marcuse, 1988, p. 258). A substância, neste sentido, não se refere a uma espécie de *Eu* ou uma consciência epistêmica, mas certamente um modo de existência, uma unidade fenomenológica que se pensa e evolui por meio de processos contraditórios. O projeto do início da modernidade, definido como uma investigação para se encontrar a maneira verdadeira pela qual os seres humanos podiam conhecer absolutamente a natureza, foi substituído pela tentativa de se compreender como o pensamento pensa a si mesmo, como a própria natureza se autodesenvolve pela revelação de suas intrínsecas contradições.

A filosofia hegeliana contribuiu para a criação dos alicerces das ciências humanas, que emergiram como disciplinas acadêmicas no século XIX. Apenas com a descoberta da historicidade¹⁴ humana, fomos capazes de analisar as verdades das relações sociais como sintomas da natureza em movimento, não como se Deus ou uma força transcendente as tivesse criado. “A explicação para a historicidade no pensamento de Hegel consiste em que é apenas ao traçar o caminho pelo qual a razão humana se desenvolveu que podemos entender o que somos hoje” (*Ibidem*). Explicitamos assim o sentido da história, sua direção. A razão, neste sentido, não é apenas uma faculdade humana, se assim o fosse, não poderíamos explicar como a razão corresponde exatamente aos fatos do mundo, ela não alcança o que a natureza é em si mesma, porque ao desenvolvermos historicamente uma maneira nova de conhecê-la, desenvolvemos também uma teoria nova sobre a natureza do que é conhecido. Em *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*, Marcuse afirma:

O sistema de Hegel levou ao fim o período da filosofia moderna que começara com Descartes e dera corpo às ideias básicas da sociedade moderna. Hegel foi o último a interpretar o mundo como razão, a sujeitar a natureza e a história aos critérios do pensamento e da liberdade. Seu sistema trouxera a filosofia ao limiar da negação da filosofia, constituindo por isso o único

14 O modo de compreensão do sujeito é assim necessariamente histórico. Hegel pretende incorporar centralmente à filosofia uma reflexão sobre o seu tempo (Marcondes, 2002, p. 297).

elo entre as formas velha e nova da teoria crítica, entre a filosofia e a teoria social. (Marcuse, 1988, p. 232)

Por exemplo, a Antropologia e a filosofia hegeliana compartilham uma relação profunda e complexa. Na antropologia, esse processo dialético pode ser observado no estudo da cultura e da sociedade, ao examinar os contextos sociais, culturais e históricos de diferentes comunidades, os antropólogos visam obter informações sobre as maneiras únicas pelas quais o comportamento humano, a biologia humana e a evolução ocorrem. Essa relação pode ser vista mais claramente no conceito de *relativismo cultural*, central para a prática antropológica moderna, essa noção sugere que as práticas e crenças culturais devem ser compreendidas dentro de seu próprio contexto histórico, em vez de serem julgadas pelos padrões de sua própria cultura. Em outras palavras, o *relativismo cultural* reconhece que não existe uma “maneira correta” de viver ou pensar, e que todas as culturas são expressões igualmente válidas da experiência humana. Deste modo, a filosofia hegeliana forneceu a estrutura teórica para a compreensão do *relativismo cultural*, enfatizando a importância do contexto histórico na formação da consciência humana. Como Debord afirma: “A história existiu sempre, mas não sempre sob a sua forma histórica. A temporalização do homem, tal como ela se efetua pela mediação de uma sociedade, é igual a uma humanização do tempo” (Debord, 1997, p. 92).

Segundo Hegel, o processo dialético que caracteriza a história humana leva a uma transformação constante das normas e valores culturais. Isso significa que não existe uma essência verdadeira fixa ou absoluta, mas sim um processo contínuo de mudança e evolução. A antropologia procura fornecer evidências empíricas e *insights* sobre a condição humana, enquanto a filosofia hegeliana fornece uma estrutura teórica para a compreensão do contexto histórico e cultural em que essa condição está situada, como Hegel afirma:

No que se refere aos indivíduos, cada um é filho do seu tempo; assim também para a filosofia que, no pensamento, pensa o seu tempo. Tão grande loucura é imaginar que uma filosofia ultrapassará o mundo contemporâneo como acreditar que um indivíduo saltará para fora do seu tempo, transporá *Rhodus*. (Hegel, 1997, p. xxxviii)

Ainda na primeira metade do século XIX, o *Curso de filosofia positiva* de Augusto Comte (1798-1857) procurou se afastar da concepção metafísica experimental, ao afirmar que o conhecimento verdadeiro poderia derivar apenas da observação experimental. A filosofia positivista rejeitou a especulação metafísica, o que se desdobrou no desenvolvimento da psicologia científica, em seus primeiros anos, em uma redução ao campo da fisiologia. Esta concepção influenciou não só o desenvolvimento da psicologia como ciência, mas de todo o desenvolvimento das ciências sociais e naturais no século XIX.

O estabelecimento da noção de que o estudo da mente só poderia ser realizado por meio de métodos de análise científicos, seguiu a tendência positivista de caracterizar a verdade através da observação empírica. Neste sentido, características subjetivas intrapessoais dos indivíduos, como a consciência e a introspecção, foram a princípio abandonadas em detrimento da observação objetiva do comportamento humano. De todo modo, o positivismo contribuiu para constituir uma concepção da psicologia como uma disciplina do conhecimento que se desvinculava da metafísica, formando uma ciência autônoma. O nascimento da psicologia, no século XIX, compartilha deste momento histórico, em que a reflexão sobre os próprios fundamentos da realidade estava sendo refeita. Nesta esteira, alguns pensadores, filósofos, cientistas e “pesquisadores, Brentano, Wundt, Helmholtz, Weber, Fechner buscaram a fundamentação de todas as ciências ou especificamente da ciência Psicologia, que se desprendia da filosofia no fim do século XIX” (Evangelista, 2015, p. 197).

Sabemos que, depois da morte do filósofo Hegel (1831), os sistemas racionais

começaram a demonstrar evidentes sinais de cansaço. O sucesso crescente das ciências positivas contribuiu de modo decisivo para o descrédito progressivo e inexorável da metafísica clássica, pelo menos entre os cientistas. [...] Ora, este clima de submissão da inteligência aos “fatos” e aos imperativos do conhecimento experimental, foi bastante propício à emergência de uma psicologia, reivindicando, em boa consciência, seus direitos de cidadania no mundo científico, ao mesmo título que a física, a química e a biologia. (Japiassu, p. 47)

III. Psicologia

A psicologia possui um longo passado, mas uma história curta. (Ebbinghaus, 1919)

Embora as investigações a respeito do objeto de estudo da psicologia apontem à épocas muito remotas, relacionadas com a metafísica e a epistemologia, ela aparece como uma metodologia de análise científica, no final do século XIX. O primeiro método psicológico com pretensões científicas baseou-se na psicologia experimental, que surgia ao se opor à perspectiva introspeccionista. Desse modo, seu objeto de análise não era o conteúdo da consciência humana, mas o funcionamento observável do organismo — o fato psicológico — o que caracterizou a disciplina. O nascimento da psicologia, nestes termos, estava relacionada ao ambiente acadêmico embebido pelo positivismo comtiano.

Wilhelm Wundt e Gustav Fechner disputam o marco temporal da origem da ciência psicológica. Enquanto alguns apontam o primeiro laboratório de psicologia, fundado por Wundt — o Instituto Experimental de Psicologia — na universidade de Leipzig, em 1879, como sendo o ponto de partida da história da psicologia; outros, afirmam que dezenove anos antes, com a publicação da obra intitulada “Elementos de Psicofísica”, Fechner teria dado início à História da Psicologia Experimental.¹⁵ De todo o modo, devemos notar, que para a fundação da psicologia, enquanto uma ciência objetiva, foi preciso separá-la da Metafísica, Wundt “assumiu o papel do agente *Zeitgeist* e uniu as linhas do pensamento filosófico e científico” (Schultz, 2019, p. 17). Para Wilhelm Wundt (1820-1932), a psicologia era uma ciência da experiência consciente, deste modo, o psicólogo deveria lidar apenas com as observações da experiência consciente. “Nos *Fundamentos de psicologia*, ele procura afastar a psicologia moderna do dualismo mente-corpo cartesiano e das metafísicas materialista e espiritualista” (Abib, 2009, p. 196). A metodologia da psicologia wundtiana era, neste sentido, introspectiva, focada na causalidade mecânica psíquica, os agentes observadores tinham que analisar a experiência a partir da própria experiência, abandonando qualquer teoria que funcionasse como uma espécie de propedêutica para a experiência, seja idealista ou materialista. Wundt acreditava que a psicologia fundamentalmente devesse estudar os *fatos mentais*, “descrevendo-os e examinando-os em relação com o ambiente físico e com as atividades dos hemisférios cerebrais, bem como as atividades corporais que deles decorrem” (*Ibid*, p. 197).

A psicologia de Wundt se insere na tradição filosófica alemã, que distingue as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) das ciências da cultura (*Geisteswissenschaften*). Wundt não aceita a redução da psicologia à física ou a redução da causalidade psíquica à causalidade física. Sua concepção de psicologia fisiológica e experimental como ciência intermediária entre

15 22 de outubro de 1850 é uma data importante para a história da psicologia: “Naquela manhã, Fechner estava deitado na cama, quando lhe ocorreu a ideia sobre a ligação entre a mente e o corpo. Ele afirmou ser possível encontrar essa ligação na relação quantitativa entre a sensação mental e o estímulo material. Pela primeira vez na história, uma experiência genuinamente mental (uma sensação) poderia ser medida. Esse foi um grande avanço no desenvolvimento de uma nova ciência da psicologia”. (Schultz, 2019, p. 62)

as ciências da natureza e as ciências da cultura expressa a dualidade entre a cultura e a natureza, bem como a irreducibilidade da primeira à segunda. (*Ibidem*)

Portanto, Wundt compreendia a psicologia como uma espécie de ciência de transição, tomando o indivíduo como um movimento, um processo fluido, um devir. Quando lemos *Os Princípios de Psicologia*, de James, ou os *Fundamentos de Psicologia*, do Wundt, vemos obras que ao desenvolverem novas teorias sobre como a mente humana pode conhecer a natureza, se propõem também a explicar novas teorias sobre a natureza a ser conhecida. Neste sentido, em *Princípios da Psicologia Fisiológica*, escreveu: “como ciência experimental, a psicologia fisiológica busca realizar uma reforma na investigação psicológica comparável à revolução provocada nas ciências naturais pela introdução do método experimental” (Wundt, 2020, p. 36). Assim, conscientemente, quis dar à psicologia um *status* de ciência independente. Apesar da postura positivista dos teóricos de sua época, Wundt se orientou pela distinção entre ciências da natureza e ciências da cultura, se posicionou contra a submissão da ciência psicológica às ciências naturais (como a física e a biologia) e defendendo que a psicologia deveria compreender fenômenos complexos como “linguagem, mito, religião, arte, sociedade, lei, cultura e história” (Danziger *apud* Abib, 2009, p. 201). Wundt não aceitava que os chamados — *elementos da consciência* ou átomos da mente — fossem atributos inertes, cuja função seria, simplesmente, conectarem-se com o cérebro. Ao contrário, acreditava no papel ativo da consciência em organizar o próprio conteúdo. O estudo separado dos elementos, do conteúdo ou da estrutura da consciência, proporciona apenas o ponto inicial para a compreensão dos processos psicológicos, segundo o autor:

A organização temporal e espacial das ideias temporais e espaciais é, certamente, condicionada de forma perfeitamente regular por meio da cooperação dos elementos componentes da ideia; no entanto, ainda assim, o arranjo em si não pode, de forma alguma, ser considerado propriedade, pertencente aos próprios elementos da sensação. (Wundt, 1980, p. 638)

Para a concepção wundtiana, há uma distinção metodológica estrutural, entre funções mentais simples (a sensação e a percepção) e processos mentais superiores (como a aprendizagem e a memória). Sobre as primeiras, afirmava que podiam ser analisadas por meio de métodos de laboratório experimentais, já os processos mentais superiores, por serem determinados, logicamente, pelo idioma e outros aspectos sociais, não podiam ser investigados pela experimentação científica, dependiam de meios não experimentais, como os usados na sociologia, na antropologia e na psicologia social. A concepção da significativa função das “forças sociais no desenvolvimento dos processos cognitivos ainda é considerada importante; no entanto, a conclusão de Wundt de que tais processos não são passíveis de estudo por meio de experimentos foi logo contestada e invalidada” (Schultz, 2020, p. 88).

Em síntese, a psicologia de Wundt se baseia em algumas ideias gerais que estruturam sua epistemologia psicológica, como o *voluntarismo*, quer dizer, a ideia de que a mente organiza o conteúdo da mente em processos de pensamento de nível mais elevado. Wundt enfatizava não os elementos em si, “como os empiristas e associacionistas britânicos (assim como Titchener, aluno de Wundt, mais tarde enfatizara), mas o processo ativo de organização e síntese desses elementos” (*Ibid*, p. 89). Os chamados *elementos mentais* são noções base de sua psicologia, são os atributos que constituem o conteúdo mesmo das experiências básicas humanas, por exemplo, quando vemos a cor vermelha ou quando sentimos dor ao bater nosso pé na quina de algum móvel, são exemplos de estados da consciência, que são organizados de forma ativa e não passiva pela mente. “A proposta de Wundt consistia em analisar a mente com base em seus elementos, suas partes componentes, exatamente do mesmo modo que os cientistas naturalistas” (*Ibid*, p. 90). Neste sentido, uma ideia não é meramente passiva em relação às sensações e sentimentos que percebemos, ela age de forma criativa para integrá-los em uma experiência unificada da realidade, sendo capaz assim de processar e sintetizar informações de maneira complexa para formar a experiência consciente.

Seu seguidor, Edward Bradford Titchener (1867-1927) após seus estudos com Wundt, em Leipzig, foi convidado para ministrar uma disciplina de Psicologia na Cornell University, em Nova York. Titchener ficou conhecido por uma série de controversos experimentos que realizava com seus alunos. O que você acharia se um professor estivesse recrutando “voluntários para engolir um tubo de borracha que vai até o seu estômago? Para que, em seguida, despejassem água quente por ele? E, depois, água gelada?” (*Ibid*, 107). Titchener inaugurou a psicologia estruturalista. Enquanto a psicologia experimental de Wundt estava preocupada em identificar o que chamou de elementos ou conteúdos da consciência, Titchener estava preocupado com a maneira que esses elementos eram organizados em processos cognitivos superiores através da *apercepção*.

Sua metodologia focava nos elementos ou conteúdos mentais e na conexão mecânica através do processo de associação, mas não acreditava na doutrina da *apercepção* de Wundt. Sua principal tarefa na psicologia era descobrir a natureza das experiências conscientes elementares, analisando suas partes componentes para determinar a estrutura da consciência. Seguindo os passos de Hume, sustenta a visão de que o *eu* é simplesmente uma combinação de sensações, não havendo uma agência central que as experimente. O que realmente existe são as sensações, e o indivíduo é apenas um feixe de sensações. A ênfase recai sobre o indivíduo corpóreo, em vez do indivíduo psíquico, e a causalidade física é considerada a verdadeira forma de causalidade, em contraposição à causalidade psíquica. Nessa perspectiva, a psicologia é reduzida à física, e a ciência é vista como uma disciplina unificada, em vez de dualista. As abordagens de Titchener e Kulpe na psicologia são alinhadas com o reducionismo fisicalista, que compartilha dessa concepção.¹⁶

Distintamente da concepção contemporânea da psicologia, afirmava que a psicologia não tinha o objetivo de curar mentes doentes ou mudar a sociedade, o “único propósito legítimo da psicologia é descobrir os fatos estruturais da mente” (*Ibid*, p. 100). Para Titchener, a psicologia estrutural era uma ciência pura, originária, o conhecimento psicológico não podia depender da confirmação prática de suas estruturas. Neste sentido, diferentemente de Wundt, acreditava que as medidas quantitativas e objetivas não eram úteis na análise das sensações e imagens elementares da consciência. Titchener estava mais interessado em analisar a experiência consciente complexa em suas partes componentes. Titchener enfatizava a importância das partes, e não do todo. Alinhado com a maioria dos empiristas e associacionistas britânicos, o objetivo de Titchener era descobrir os chamados átomos da mente.

Assim, as metas da psicologia estrutural de Titchener coincidem com as das ciências naturais. Depois que decidem a parte do universo natural que desejam estudar, os cientistas descobrem seus elementos, demonstram como esses elementos são compostos em fenômenos complexos e formulam leis que os governam. A parte principal da pesquisa de Titchener dedicava-se ao primeiro problema: descobrir os elementos da consciência (*Ibid*, p. 117).

Podemos entender como a psicologia estruturalista também está relacionada à filosofia mecanicista, que se expressa de várias maneiras em sua perspectiva epistemológica psicológica, por exemplo, na própria maneira que ele definia os observadores que participavam de suas pesquisas. Em seus artigos e publicações, referia-se a eles como “reagentes”, termo utilizado pelos químicos para descrever as substâncias que, devido às suas propriedades reativas, são usadas para examinar, detectar ou medir outras substâncias. Os reagentes são geralmente passivos e utilizados para provocar reações em outras substâncias. Ao utilizar o conceito de reagente para descrever os observadores humanos, Titchener demonstra uma certa concepção, sem dúvida, mecanicista dos seres humanos, os via como instrumentos mecânicos passivos que registravam de forma objetiva as características do estímulo observado. Esta noção, por sua vez, originada no empirismo inglês e no seus desenvolvimentos posteriores, ligado ao âmbito cultural anglo-saxão; enquanto o inatismo

de Rousseau, de certo modo, Kant, e de outros filósofos floresceu sobretudo na cultura continental.

Titchener teve grande importância na história da psicologia, foi um dos primeiros psicólogos a tentar criar uma ciência empírica da mente, por meio da introspecção e da análise dos elementos mentais. Sua abordagem enfatizava a importância de estudar a consciência como um todo, composto por partes componentes. Através de seu programa de pesquisa, Titchener influenciou muitos psicólogos subsequentes, que seguiram seus passos na busca de uma psicologia científica rigorosa e objetiva. Embora sua abordagem tenha sido criticada por ser muito restritiva, a psicologia estruturalista de Titchener teve um impacto significativo no desenvolvimento da psicologia experimental e ajudou a estabelecer a psicologia como uma ciência empírica.

Com a chegada do século XX, Locke reapareceu nos Estados Unidos, e Rousseau, na Europa. A psicologia feita dos dois lados do Atlântico foi tão diferente quanto foram as ideias dos dois grandes filósofos dos séculos XVII e XVIII. Uma boa maneira de resumir as diferenças entre um enfoque e outro é por meio da distinção entre os modelos mecanicista e organicista formulada por Reese e Overton (1970). (Coll, 2004, p. 23)

Distinguindo-se da psicologia estruturalista, surgiu o behaviorismo, desenvolvido nos EUA em meados do século XX. Seu principal fundador, John Watson (1878-1958), rejeitou o método introspectivo e defendeu que a psicologia deveria estudar apenas comportamentos observáveis e mensuráveis, dado que o comportamento humano, para o autor, seria determinado apenas pelas circunstâncias em que os seres humanos vivem, e não por fatores inatos ou biológicos. A noção dos reflexos condicionados apareceu, primeiramente, na perspectiva da psicologia animal. Levando em conta a importância que o behaviorismo de Watson deu a essa descoberta, podemos afirmar que ela caracteriza uma contribuição fundamental à nova psicologia. Desta forma, a psicologia behaviorista se concentrou em estudar o comportamento animal e humano em situações controladas em laboratório, buscando identificar as leis que governam o comportamento e prever sua ocorrência futura. A abordagem behaviorista teve grande influência nas áreas de educação, psicoterapia e psiquiatria, e ainda hoje é considerada uma das principais correntes da psicologia moderna.

Nos primeiros anos do século XX, John Watson propôs em uma apresentação no seminário anual da Sociedade Sulista de Filosofia e Psicologia, nos EUA, que a psicologia se encaminhasse para uma investigação mais objetiva do comportamento humano. Em 1912, foi convidado para dar uma série de palestras na Universidade de Columbia. No ano seguinte, publicou o seu artigo mais conhecido “A psicologia como o behaviorista a vê”, na revista *Psychological Review*, em 1913, que mais tarde se tornaria um marco da concepção behaviorista. Rejeitando qualquer conjunto de ideias e estruturas conceituais anteriores à análise do comportamento do paciente de fato, Watson desenvolveu uma metodologia psicológica que tinha como objetivo operar uma mudança prática na vida das pessoas. Dois anos após a formalização do behaviorismo, em 1915, o método de reflexão condicionado foi adotado por Watson, tendo um papel significativo em sua difusão na pesquisa psicológica americana.

Em 1919, publicou o livro *Psychology from the standpoint of a behaviorist*, dedicando-o a Cattell. O livro apresentava uma abordagem mais completa da sua psicologia behaviorista, além do argumento de que os métodos e princípios recomendados para a psicologia animal também eram adequados para o estudo do ser humano. (Gazzaniga, 2018, p. 248)

Watson teve também um importante papel no desenvolvimento da Psicologia direcionada às crianças. No final da década de 1920, publicou *Psychological care of the infant and child*, sobre educação infantil, nele apresentou um sistema de educação infantil baseado em uma metodologia extremamente rígida, que não permite muita liberdade. De acordo com seu livro, os pais nunca

deveriam abraçar e beijar, jamais as deixar sentar no colo, quando estritamente necessário, beijar, mas apenas uma vez na testa ao dar boa-noite a elas. As instruções contidas no livro tornaram-se muito populares e alteraram as práticas de educação infantil nos EUA, de fato uma geração de crianças, incluindo as do próprio autor, foi criada de acordo com essas diretrizes.

A famosa experiência de John Watson, conhecida como O pequeno Albert, foi realizada em 1920 e tinha como objetivo estudar o condicionamento emocional em crianças. A pesquisa consistiu, basicamente, em apresentar diferentes animais a um bebê chamado Albert, para estudar a sua reação e investigar possibilidades de condicionar o seu comportamento futuro. Inicialmente, Watson apresentou um rato branco ao pequeno Albert, que não demonstrou medo do animal, a princípio, sua reação foi de querer brincar com o rato. Em seguida, Watson, visando condicionar o comportamento da criança, começou a produzir um som incômodo alto enquanto o bebê brincava com o rato, o barulho assustava a criança fazendo-a chorar. Esse procedimento foi repetido várias vezes em diferentes dias, até que Albert passou a associar o som alto ao rato, e começou a ter medo do animal mesmo quando não havia som. Watson demonstrou que o medo de Albert foi se transferindo para outros objetos parecidos com o rato branco: um coelho branco, uma barba branca falsa e um casaco de pele. A experiência é considerada controversa e antiética pelos padrões atuais, uma vez que expôs a criança a estresse e medo sem seu consentimento e sem cuidados posteriores para extinguir sua resposta emocional condicionada.

Não por acaso, o criador da psicologia behaviorista teve também um papel fundamental na consolidação da centralidade da propaganda na indústria cultural norte-americana. Watson tornou-se importante consultor em diversas empresas, realizando cursos de psicologia voltado para comunicação e publicidade em Hopkins, inaugurando, neste sentido, o programa de psicologia industrial. “Durante vários anos, Watson foi considerado o pioneiro no uso de celebridades para a promoção de produtos e serviços e na criação de técnicas para manipular a motivação e a emoção” (Schultz, 2020 p. 234).

Outros psicólogos, como Wladimir Bekhterev (1857-1927) e Ivan Pavlov (1849-1936) também desenvolveram teorias behavioristas. Embora compartilhassem com John Watson o foco na observação e medição do comportamento, suas abordagens diferem em aspectos fundamentais. Bekhterev enfatizava a importância dos reflexos condicionados e a integração entre a neurofisiologia e o comportamento. Pavlov, prêmio Nobel em 1904, pelo trabalho sobre a digestão, ficou famoso por seus experimentos com cães, investigava o condicionamento clássico, demonstrando como estímulos neutros poderiam eliciar respostas condicionadas. Watson, por outro lado, centrava-se mais na aplicação desses princípios para prever e controlar o comportamento humano, rejeitando completamente a introspecção e focando na objetividade científica estrita. Essa diferença de ênfase refletia as diversas maneiras pelas quais cada teórico aplicava os princípios behavioristas ao estudo do comportamento e à compreensão dos processos de aprendizagem.

Tenerife, a maior das ilhas Canárias, perto da costa da África ocidental, é conhecida por uma importante experiência científica na história da psicologia. Wolfgang Köhler (1887-1967) realizou um importante estudo na região, que modificou a maneira que até então se acreditava que os chimpanzés adquiriram conhecimento. O psicólogo alemão demonstrou que os animais também possuíam a capacidade de formar *insights* para solucionar problemas, assim como os seres humanos, ou seja, eles não aprendiam apenas acidentalmente ou condicionalmente. “Nueva e os outros chimpanzés estudados em Tenerife exibiram uma maneira diferente de aprender, e suas ações levaram a uma outra revolução na psicologia, a outra maneira de abordar o estudo da mente e do comportamento” (*Ibid*, p. 286). Esta experiência serviu como base para o desenvolvimento, no início do século XX na Alemanha, da psicologia da gestalt, conhecida como Psicologia da Forma. A descoberta do *insight* na constituição do desenvolvimento cognitivo dos chimpanzés, deu elementos teóricos para Köhler se opor à perspectiva wundtiana, que baseava a psicologia nos chamados elementos sensoriais ou nos chamados átomos da mente. Quer dizer Wundt acreditava na passividade da mente no processo de percepção da realidade externa, o ponto de partida de sua psicologia eram os elementos primários inertes da natureza, que constituiriam a matriz da experiência. De outro modo, a psicologia da forma acredita que a mente humana orga-

niza ativamente as informações sensoriais, sendo responsável de fato pela organização definitiva da experiência.

Neste sentido, a percepção não é simplesmente uma espécie de espelho que “percebe” os elementos da natureza, de maneira distinta, Köhler demonstra que por meio de alguns conceitos centrais podemos entender como a mente humana modula de fato a experiência, de tal maneira ativa, gerando assim a própria experiência no próprio ato de intentar experienciar. Se pensarmos na epistemologia kantiana, citada acima, podemos perceber como ela tem uma influência base Gestalt posto que foi a primeira a revelar a centralidade da própria mente humana no processo de associação dos elementos da experiência. Em outras palavras, a inversão kantiana ou a chamada morte da metafísica na tradição popular, é a compreensão da predominância do conhecimento das maneiras pelas quais conhecemos sobre as coisas conhecidas no processo de formação da experiência unificada.

Ademais, os psicólogos da Gestalt insistiam no fato de que, quando os elementos sensoriais são combinados, eles formam um novo padrão ou configuração. Se juntarmos um grupo de notas musicais individuais (elementos da música), por exemplo, uma melodia ou um tom surge dessa combinação, formando algo novo, que não existia em nenhuma das notas enquanto elementos individuais. Um modo popular de se afirmar essa noção é a ideia de que o todo é diferente da soma das partes. (*Ibid*, p. 288)

No mesmo sentido, os psicólogos da gestalt distinguem-se também dos behavioristas, que não consideravam o conceito de consciência, como uma estrutura relevante para a experiência. A abordagem da gestalt influenciou várias áreas da psicologia, incluindo a cognitiva e a social. Max Wertheimer (1880-1943) e Kurt Koffka (1886-1941) foram também figuras fundamentais para o surgimento e desenvolvimento da psicologia da gestalt. Estes psicólogos alemães desempenharam um papel central na ruptura com as abordagens atomistas e associacionistas predominantes na psicologia da época. Propondo uma nova perspectiva que enfatizava a organização perceptual e a compreensão global dos fenômenos psicológicos, como Köhler, que destacou que a experiência perceptual não pode ser reduzida a elementos sensoriais isolados, mas sim é influenciada pela organização intrínseca da mente. Através de suas pesquisas, eles forneceram importantes insights sobre a natureza da percepção, o papel das estruturas mentais na organização dos estímulos e a importância do contexto na compreensão dos fenômenos psicológicos. O trabalho de Wertheimer e Koffka pavimentou o caminho para a formação da psicologia da gestalt como uma escola de pensamento distinta e influente, que continua a ter um impacto significativo na compreensão da cognição e da percepção até os dias de hoje.

“Reagindo contra a tendência constitucionalista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética” (Fanon, 2008, p. 28). Sigmund Freud (1856-1939), embora seja o mais conhecido autor na história da psicologia, criou em Viena na Áustria, a psicanálise, uma abordagem teórica e clínica que tinha como objetivo constituir uma prática científica separada da psicologia. Freud inaugurou uma maneira nova de tratar os conflitos psíquicos e as neuroses dos indivíduos, investigando as causas dos transtornos mentais e das manifestações do inconsciente nos sonhos e nas ações humanas. A partir de suas observações clínicas, ele desenvolveu a teoria do inconsciente, que afirma que as emoções e pensamentos reprimidos podem se manifestar de forma distorcida em comportamentos e sintomas físicos. Essa teoria foi a base para a criação da psicanálise e se tornou uma das mais influentes no campo da psicologia e psiquiatria. A abordagem desenvolvida por Freud e seus seguidores foi uma das primeiras a considerar a influência dos fatores psicológicos na saúde mental. A psicanálise influenciou outras áreas do conhecimento, como a literatura, a filosofia e a arte, e se tornou uma das teorias mais debatidas e estudadas no campo da psicologia. O próprio Freud afirmou que, em toda a história da humanidade, houve três grandes acontecimentos que determinaram a consciência humana, o eu:

O primeiro, quando Copérnico (1473-1543), o astrônomo polonês, demonstrou que a Terra não era o centro do universo, mas apenas um dos muitos planetas a girar em torno do Sol. O segundo choque ocorreu no século XIX, quando Charles Darwin mostrou que não somos uma espécie única e distinta, com um lugar de destaque na criação, mas apenas uma espécie superior proveniente de formas inferiores de vida animal. E, finalmente, Freud provocou o terceiro choque ao afirmar que não somos os agentes racionais de nossa vida, pois nos encontramos sob a influência de forças inconscientes que não percebemos e sobre as quais temos pouco ou nenhum controle. (Gazzaniga, 2018, p. 329)

Embora certamente se diferenciam de acordo com suas especificidades, as epistemologias psicológicas discutidas até o momento mantêm em comum, de certo modo, a herança wundtiana, posto que conservam a centralidade de temas como percepção, sensação e aprendizagem. No entanto, a psicanálise não surgiu dentro do contexto acadêmico, reivindicando ser uma ciência pura. De outro modo, ela se originou dentro das tradições da medicina e da psiquiatria.

De modo geral, o inconsciente adquire um papel central na psicanálise freudiana, vale notar que Freud não foi o pioneiro na abordagem da mente humana inconsciente. Ele próprio reconheceu que outros escritores e filósofos já haviam explorado profundamente esse assunto antes dele. No entanto, Freud afirmou ser o responsável por ter descoberto uma forma científica de estudar o inconsciente. Esta matriz teórica é formada por um conjunto de conceitos principais: como **catarse**, ou seja, o processo de redução ou eliminação de um complexo, transferindo-o para o consciente e, assim, permitindo a sua expressão; **transferência**, processo pelo qual o paciente responde ao terapeuta como se ele fosse uma pessoa importante (como o pai ou a mãe) em sua vida; **livre associação**, técnica psicoterápica em que o paciente diz o que vem à mente; **análise do sonho**, técnica psicoterápica que envolve a interpretação dos sonhos para revelar os conflitos inconscientes; **atos falhos**, atos de esquecimento ou lapsos de fala que refletem motivos inconscientes ou ansiedade; **resistência**, bloqueio ou recusa em revelar lembranças dolorosas durante uma sessão de livre associação; **repressão**, processo de barrar ideias inaceitáveis, memórias ou desejos do consciente, deixando-os operar livremente no inconsciente; **mecanismos de defesa**, comportamentos que representam negações inconscientes ou distorções da realidade, mas que são adotados para proteger o ego contra a ansiedade; entre outros.

O caso de Anna O., paciente tratada pelo médico Josef Breuer, foi um marco importante na constituição da psicanálise. Ao estudar o caso, Freud se interessou pelo método da “cura pela fala” utilizado por Breuer, no qual a paciente era encorajada a falar livremente sobre seus pensamentos e sentimentos. Essa técnica levou à descoberta de que Anna O. estava sofrendo de um conflito emocional não resolvido, que se manifestava através de sintomas físicos.

Certa vez, em grande angústia pelo pai altamente febril e na tensão da espera, pois aguardavam um cirurgião de Viena para operá-lo, não dormiu durante a noite. Sua mãe se afastara por um instante e Anna estava sentada junto ao leito do enfermo, o braço direito pousado sobre o espaldar da cadeira. Caiu num estado de sonho acordado e viu como, vindo pela parede, uma serpente negra se aproximava do pai para mordê-lo. (É muito provável que, no gramado atrás da casa, realmente houvesse algumas serpentes, com as quais a menina já se tivesse sobressaltado antes e que agora forneciam o material da alucinação). (Freud, 2016, p. 42)

Esse caso influenciou diretamente a teoria de Freud sobre o inconsciente e o papel da linguagem na expressão de desejos e emoções reprimidas. Além disso, a experiência com Anna O. ajudou a consolidar a crença de Freud na importância da análise da história pessoal do paciente e do papel das experiências infantis na formação da personalidade. Freud e Breuer, em 1895, publicaram “Estudos sobre a histeria”, considerado o marco formal da Psicanálise, o artigo apresentou um novo modelo de tratamento para pacientes com sintomas histéricos, baseado na hipótese de que esses sintomas estavam relacionados a eventos traumáticos do passado. Os autores propuseram um método terapêutico que consistia em encorajar o paciente a recordar e verbalizar esses eventos, a fim de que pudesse elaborar e superar o trauma. Além disso, o artigo apresentou as primeiras ideias de Freud sobre o papel do inconsciente na formação dos sintomas psicológicos e a importância do método da livre associação na análise da mente humana. Assim, os “Estudos sobre a histeria” estabeleceram as bases teóricas e práticas para a psicanálise, que viria a se tornar uma das principais correntes da psicologia no século XX.

A *Análise dos Sonhos* é uma das principais contribuições de Freud para a formação da psicanálise. Em sua obra *A Interpretação dos Sonhos*, publicada em 1900, Freud apresentou a ideia de que os sonhos eram uma via para o inconsciente e que, por meio da análise dos seus conteúdos, seria possível acessar as motivações e desejos reprimidos que influenciam o comportamento humano. Para Freud, os sonhos eram uma forma de expressão simbólica das emoções e experiências pessoais do indivíduo, e a análise dos seus significados poderia revelar conflitos e traumas ocultos que afetam a saúde mental. A partir da análise dos sonhos, Freud desenvolveu diversas outras técnicas de investigação do inconsciente, como a livre associação e a análise da transferência. Assim, a análise dos sonhos se tornou uma ferramenta fundamental para a psicanálise, permitindo a compreensão dos processos psicológicos mais profundos e a identificação de problemas que afetam o bem-estar emocional e mental dos indivíduos.

A psicanálise é frequentemente vista como um sistema de personalidade, ou seja, uma abordagem que busca compreender a complexidade e singularidade do indivíduo como um todo. Para a psicanálise, a personalidade é influenciada tanto por fatores biológicos quanto por experiências vividas ao longo da vida, principalmente durante a infância. Assim, a psicanálise busca compreender os conflitos internos, as motivações inconscientes e as defesas psicológicas que moldam a personalidade de cada indivíduo. Nesse sentido, a psicanálise valoriza a análise profunda e detalhada da história pessoal do paciente, buscando compreender como experiências traumáticas, sentimentos reprimidos e desejos inconscientes influenciam a forma como cada indivíduo se relaciona consigo mesmo e com o mundo. A psicanálise, portanto, busca não apenas tratar os sintomas, mas compreender as causas profundas dos problemas psicológicos, oferecendo uma abordagem integral e complexa para a compreensão da personalidade humana.

Sigmund Freud é uma figura central na história da psicanálise e da psicologia, tendo feito contribuições fundamentais para o desenvolvimento dessas áreas. Freud é considerado o fundador da psicanálise, uma abordagem terapêutica que busca compreender os processos inconscientes que influenciam o comportamento humano. Ele foi o primeiro a propor que os conflitos internos, os desejos inconscientes e as experiências traumáticas podem afetar a saúde mental, e que a análise profunda desses aspectos pode levar à cura emocional. Sua influência na psicologia vai além da psicanálise, influenciando diversas abordagens teóricas e práticas, incluindo a psicologia clínica, a psicologia social e a psicologia do desenvolvimento. Com suas contribuições, Freud inaugurou uma nova era de reflexão e investigação sobre a mente humana, e seu impacto continua a ser sentido até os dias de hoje.

Franz Brentano (1838-1917), Edmund Husserl (1859-1938), Martin Heidegger (1889-1976) e Merleau-Ponty (1908-1961) são os principais responsáveis pela concepção teórica que fundamentou o desenvolvimento de outro ramo importante da profissão — a psicologia existencialista — uma abordagem psicológica que se concentra na compreensão da experiência humana como algo único e pessoal. Surgida na Europa durante o século XX, especialmente na França e na Alemanha, relacionada ao paradigma da crise humana diante os horrores da Primeira e Segunda Guerra Mundial. A abordagem existencialista parte de alguns pressupostos, como o da incontornabilidade de um certo mistério relacionado à vida humana, da angústia, da liberdade, da responsabilidade e da mortalidade. A psicologia existencialista busca também ajudar os indivíduos a enfrentar as dificuldades da vida de forma mais autêntica, a descobrir a sua própria identidade e a encontrar um propósito para a sua existência. Embora estes autores estejam diretamente ligados com as

origens do existencialismo, podemos citar uma série de outros nomes que foram importantes para os seus desdobramentos ao longo da história, como Karl Jaspers (1883-1979), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Simone de Beauvoir (1908-1986), entre outros.

Metodologicamente relacionada com a fenomenologia, a perspectiva existencial tem seus alicerces ligados à obra de Franz Brentano, que em *Psicologia do Ponto de Vista Empírico*, se opôs ao projeto de seus contemporâneos de fazer da psicologia uma ciência experimental. “O lugar da Psicologia é abalado quando surge a possibilidade de nela aplicar o método hipotético-dedutivo experimental” (Evangelista, 2016, p. 159). Enquanto Wundt acreditava que a investigação psicológica deveria partir da descrição objetiva da consciência a partir do que chamou de átomos da consciência, os elementos elementares da psicologia, Brentano, de modo distinto, afirma que a psicologia deveria ser empírica, isto é, fundada na possibilidade de experienciação. “Seu postulado é de que há uma diferença ontológica entre atos psíquicos e atos físicos. Os fenômenos psíquicos, correlatos dos atos psíquicos, podem ser percebidos. Essa percepção é original e pode fundamentar todo o conhecimento” (*Ibidem*). Segundo a concepção de Brentano, a mente humana é constituída por uma série momentânea de atos psíquicos intencionais, acessados por meio da introspecção. Deste modo, a psicologia empírica não dependeria do método experimental para compreender as leis gerais que determinam a experiência da realidade, como acreditava Wundt. Brentano afirma que devemos, antes de tudo, descrever os atos psíquicos, a consciência se torna o principal estudo da psicologia. A mente é um fluxo contínuo de atos. O que caracteriza os atos psíquicos é que eles são intencionais¹⁷.

Martin Heidegger foi o mais importante autor no desenvolvimento da psicologia existencialista, oferecendo uma perspectiva filosófica profunda sobre a existência humana. Sua obra principal, *Ser e Tempo*, lançada em 1927, influenciou significativamente a compreensão do ser humano e a relação entre a existência e a psicologia. Heidegger explorou temas como a angústia, a liberdade, a autenticidade e a temporalidade, fornecendo uma base conceitual para a psicologia existencialista. Sua abordagem destacou a importância da compreensão da experiência e da subjetividade humana. Heidegger contribuiu para essa perspectiva ao enfatizar a existência como uma busca de sentido e a importância da autenticidade na vida humana. Seu conceito de *cuidado* (*sorge*) foi incorporado à psicologia existencialista como uma forma de descrever a preocupação e a responsabilidade que os indivíduos têm em relação à sua própria existência e às escolhas que fazem. O autor queria nos auxiliar na superação do estado originário comum a todos, o que ele chamou de *Geworfenheit*, “ter sido lançado” no mundo. Portanto, devemos nos esforçar para realizar este movimento clássico heideggeriano: da inautenticidade da vida (*Uneigentlichkeit*) à autenticidade da vida (*Eigentlichkeit*).

A filosofia heideggeriana influenciou a compreensão da temporalidade na psicologia existencialista. A existência humana seria caracterizada pela finitude e pela consciência da própria morte. Essa noção da temporalidade e do confronto com a própria finitude influenciou esta abordagem filosófica, ao explorar a ansiedade, a busca de sentido e a importância de viver plenamente no presente. Heidegger forneceu uma base filosófica sólida para a compreensão da existência humana, a busca de sentido e a responsabilidade individual. Sua obra se tornou incontornável à psicologia ao explorar temas como a autenticidade, a temporalidade e a angústia, que são fundamentais para a compreensão da experiência e da subjetividade humana. A psicologia clínica de bases “fenomenológico-existenciais está interessada em tentar acompanhar os modos de ser em seu próprio desvelar, sem interpretações, sem predições, sem instrumentalizações ou qualquer modo de antecipação daquilo que só a escuta clínica permite desvelar” (Formigosa; Feijoo, 2023, p. 1007).

Maurice Merleau-Ponty também merece destaque nesta abordagem, o autor foi importante para o desenvolvimento da psicologia existencialista ao trazer uma perspectiva filosófica rica e inovadora sobre a relação entre o corpo, a percepção e a subjetividade. Sua obra destacou a importância da corporeidade na experiência humana, ressaltando que a consciência e o mundo estão intrinsecamente ligados. Merleau-Ponty enfatizou a interação entre o indivíduo e seu ambiente, assim como a relevância da intersubjetividade e da linguagem na construção da subjetividade. Sua abordagem aprofundou a compreensão da experiência subjetiva e enriqueceu a perspectiva existencialista na psicologia, fornecendo insights valiosos sobre a relação entre o ser humano, seu corpo e o mundo ao seu redor.

17 Brentano, estudioso de Aristóteles, recupera da Escolástica o conceito de *intentio*, por qual os atos da consciência contêm de alguma maneira aquilo a que se dirigem.

Outros autores como Karl Jaspers (1883-1979), Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Simone de Beauvoir (1908-1986) também foram figuras fundamentais para o desenvolvimento da psicologia existencialista. A contribuição de Karl Jaspers reside em sua obra seminal *Psicopatologia Geral*, na qual explorou a dimensão existencial dos transtornos mentais, destacando a importância da compreensão dos contextos existenciais e históricos na análise da psicopatologia. Jean-Paul Sartre enfatizou a liberdade como uma característica essencial da existência humana, argumentando que somos responsáveis por nossas escolhas e ações, mesmo diante das circunstâncias mais adversas. Seu trabalho filosófico, especialmente sua obra *O Ser e o Nada* influenciou profundamente a psicologia existencialista, ajudando a estabelecer a relação entre a liberdade individual e a construção do sentido da vida. Simone de Beauvoir, por sua vez, trouxe uma perspectiva de gênero para a psicologia existencialista, explorando a experiência feminina e a opressão das mulheres em uma sociedade patriarcal. Seu livro *O Segundo Sexo* foi uma contribuição fundamental para a compreensão da existência feminina e influenciou a maneira como a psicologia existencialista abordou a questão da identidade e da liberdade no contexto de gênero. Em conjunto, os trabalhos desses três pensadores ajudaram a fundamentar esta abordagem buscando compreender a complexidade da existência humana, suas angústias, aspirações e possibilidades de realização.

Já a psicologia humanista surgiu como uma resposta às abordagens psicológicas dominantes, como o behaviorismo e a psicanálise, nas décadas de 1950 e 1960, considerada a terceira força da psicologia. Foi uma reação ao foco excessivo nessas abordagens em estímulos externos e determinismo, negligenciando a experiência subjetiva e o potencial humano para crescimento e autodeterminação. A psicologia humanista enfatiza a compreensão da pessoa como um todo, sua experiência subjetiva e sua capacidade de escolha e autodireção. Entre os principais autores da psicologia humanista estão Abraham Maslow (1908-1970) e Carl Rogers (1902-1987). Maslow desenvolveu a teoria da Hierarquia das Necessidades, que propõe que as pessoas têm uma série de necessidades básicas que devem ser satisfeitas para alcançar a autorrealização. Ele argumentou que, à medida que as necessidades mais básicas são atendidas, os indivíduos são impulsionados a buscar necessidades mais elevadas, como a realização pessoal e a transcendência. Rogers desenvolveu a abordagem centrada na pessoa, que enfatiza a importância da empatia e do acolhimento incondicional para a promoção do crescimento pessoal. Ele acreditava que as pessoas têm uma tendência inata para se desenvolverem de forma saudável, e que o papel do terapeuta é criar um ambiente terapêutico seguro e empático, permitindo que o cliente explore e desenvolva seu potencial de forma autêntica. “O homem tem uma tendência inata para desenvolver todas as suas capacidades destinadas a manter ou melhorar seu organismo — a pessoa total, mente e corpo. Esse é o único postulado básico da terapia centrada no cliente” (Rogers, Wood, 1978, p. 194). Estes autores foram pioneiros da Psicologia Humanista, destacando a importância da auto realização, crescimento pessoal e da experiência subjetiva na compreensão do ser humano. Suas contribuições influenciaram profundamente a psicoterapia, o campo da psicologia e o pensamento sobre o potencial humano.

A psicologia sócio-histórica, também conhecida como abordagem histórico-cultural, teve origem na ex-União Soviética, com o trabalho do psicólogo Lev Vygotsky (1896-1934) e seus colaboradores. Vygotsky desenvolveu a teoria sócio-histórica, que destaca a importância das interações sociais e da cultura no desenvolvimento humano. O autor de *A Formação Social da Mente* se ocupa especificamente da questão metodológica no capítulo cinco, intitulado “Problemas de método”:

Em geral, qualquer abordagem fundamentalmente nova de um problema científico leva, inevitavelmente, a novos métodos de investigação e análise. A criação de novos métodos, adequados às novas maneiras de se colocar os problemas, requer muito mais do que uma simples modificação dos métodos previamente aceitos. Com respeito a isso, a experimentação psicológica contemporânea não constitui exceção; seus métodos sempre refletiram a maneira pela qual os problemas psicológicos fundamentais eram vistos e resolvidos. Portanto, nossa crítica das visões correntes da natureza essencial

e do desenvolvimento dos processos psicológicos deve, inevitavelmente, resultar num reexame dos métodos de pesquisa. (Vigotsky, 1991, p. 41-42)

Neste sentido, argumentava que a mente humana seria moldada por meio das interações com outras pessoas e com o ambiente cultural em que se está inserido. Além de Vygotsky, outros autores importantes da psicologia sócio-histórica incluem Alexander Luria (1902-1977) e Alexei Leontiev (1903-1979). Luria enfatizou a importância da cultura na formação dos processos cognitivos, estudando como as habilidades mentais se desenvolvem de forma específica em diferentes contextos culturais. Leontiev, por sua vez, concentrou-se na teoria da atividade, argumentando que a atividade humana é o motor principal do desenvolvimento, sendo mediada pela cultura e pelos sistemas simbólicos. Estes autores influenciaram significativamente a compreensão do desenvolvimento humano, colocando o contexto social e cultural no centro da análise. A psicologia sócio-histórica tem contribuído para uma visão mais ampla e contextualizada do ser humano, destacando a importância das relações sociais, da cultura e das práticas sociais na construção das capacidades cognitivas, emocionais e sociais dos indivíduos.

Na década de 1930, o psicólogo alemão Kurt Lewin¹⁸ (1890-1947) desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da psicologia social moderna. Lewin foi um dos primeiros a enfatizar a importância do ambiente social na formação do comportamento humano. “No que se refere à influência social e dinâmica de grupos, merecem destaque os experimentos realizados por Muzar Sheriff e Kurt Lewin, psicólogos europeus que imigraram para os EUA e receberam fortes influências do gestaltismo” (Ferreira, 2010, p. 55). Em *Teoria de Campo em Ciência Social*, defende que o comportamento de uma pessoa é determinado pela interação entre sua personalidade e o ambiente social em que estava inserida. Lewin também introduziu a ideia de que as pessoas são influenciadas por suas percepções do mundo social, não apenas pela realidade objetiva. A psicologia social é um campo de estudo que investiga a influência dos outros indivíduos e do ambiente social sobre o comportamento, os pensamentos e os sentimentos das pessoas. Suas origens remontam ao final do século XIX e início do século XX, quando surgiram os primeiros estudos que exploravam a interação entre indivíduos e a sociedade. O trabalho de Norman Triplett (1861-1934), em 1897, sobre o desempenho de ciclistas em corridas, foi um marco importante nas origens da psicologia social. Ele observou que os ciclistas tendiam a apresentar melhores resultados quando competiam uns contra os outros, em comparação com quando competiam individualmente contra o relógio. Essa descoberta inicial sugeriu que a presença de outras pessoas influenciava o desempenho individual.

Durante os anos 1940 e 1950, a psicologia social começou a se consolidar como uma disciplina reconhecida, com a contribuição de teóricos como Solomon Asch, que estudou a conformidade social, e Leon Festinger, que desenvolveu a teoria da dissonância cognitiva. Esses estudos trouxeram *insights* importantes sobre como as pessoas são influenciadas pelos outros e como sua cognição e comportamento são moldados pelas normas e expectativas sociais. Na década de 1960, houve um grande avanço na psicologia social com a introdução de novas abordagens teóricas e metodológicas. A teoria da atribuição de Fritz Heider (1896-1988), por exemplo, explorou como as pessoas atribuem causas aos comportamentos, enquanto a teoria da identidade social de Henri Tajfel (1919-1982) investigou os processos de categorização e identificação social.

Ao longo das décadas seguintes, a psicologia social continuou a evoluir e se ramificar em várias áreas de estudo, como atitudes, percepção social, influência social, preconceito, interação em grupo, entre outros. A disciplina se tornou cada vez mais multidisciplinar, incorporando perspectivas da sociologia, antropologia e ciência política. Hoje, a psicologia social é uma área de pesquisa dinâmica e em constante desenvolvimento, que busca compreender as complexas interações entre

18 Sobre Lewin, Vygotsky afirma “K. Lewin diferencia a análise fenomenológica, que se baseia em características externas (fenótipos), daquilo que chamamos análise genotípica, através da qual um fenômeno é explicado com base na sua origem, e não na sua aparência externa. A diferença entre esses dois pontos de vista pode ser elucidada por qualquer exemplo biológico. Uma baleia, do ponto de vista de sua aparência externa, situa-se mais próxima dos peixes do que dos mamíferos” (1991, p. 44).

os indivíduos e a sociedade. Seu objetivo é fornecer insights sobre como fatores sociais afetam o comportamento humano, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e para o desenvolvimento de intervenções que promovam o bem-estar e a harmonia nas relações humanas.

A importância atribuída ao indivíduo versus à sociedade levou diversos autores a defender a existência de duas modalidades distintas de psicologia social: a psicologia social psicológica e a psicologia social sociológica. A psicologia social psicológica, conforme G. Allport, busca explicar os sentimentos, pensamentos e comportamentos do indivíduo na presença real ou imaginada de outras pessoas. Por outro lado, a psicologia social sociológica, segundo Stephan e Stephan (1985), concentra-se no estudo da experiência social adquirida pelo indivíduo através de sua participação nos diversos grupos sociais com os quais interage. De outro modo, a psicologia social psicológica tende “a enfatizar principalmente os processos intra individuais responsáveis pelo modo pelo qual os indivíduos respondem aos estímulos sociais, enquanto os últimos tendem a privilegiar os fenômenos que emergem dos diferentes grupos e sociedades” (Ferreira, 2010, p. 59).

Da convergência do behaviorismo, mais especificamente, da versão desenvolvida por Skinner, com as linhas das psicologias cognitivas que ganharam espaço na segunda metade do século XX, surgiu a terapia cognitivo-comportamental (TCC). À época, um número crescente de teóricos e terapeutas “começaram a se identificar como ‘cognitivo-comportamentais’ em termos de orientação; alguns dos proponentes iniciais mais importantes de uma perspectiva cognitiva e cognitivo-comportamental foram Beck, Ellis, Cautela, Meichenbaum e Mahoney” (Knapp, 2008, p. 55). Foi Aaron T. Beck (1921-2021) que ficou conhecido como o pai da TCC, Beck desenvolveu essa terapia, à princípio, para cuidar da depressão, evidenciando o reconhecimento e reestruturação de transtornos mentais. Já o psicólogo Albert Ellis (1913-2007) elaborou a terapia racional-emotiva comportamental (TREC), que influenciou profundamente essa linha ao afirmar que emoções e comportamentos não seguem uma diretriz racional, mas são motivados por princípios irracionais. Nas últimas décadas, a TCC se estabeleceu como uma abordagem “mais científica” da psicologia clínica, expandindo-se para o tratamento de diversos transtornos mentais, como angústias fobias, ansiedade e transtornos alimentares.

No Brasil, pouco “menos de dois anos após a regulamentação da profissão de psicólogo, o Brasil mergulhou em mais um longo período ditatorial, de “exceção” no plano político e de obscurantismo no plano cultural”¹⁹ (Yamamoto, 2010, p. 3). Por este motivo, a história da “Psicologia no Brasil não difere muito, em linhas gerais, da história da Psicologia nos demais países periféricos de América Latina, Ásia ou África” (Jacó-Vilela, 2021, p. 1). No decorrer de seu desenvolvimento, a psicologia se tornou uma disciplina diversificada e pujante, refletindo tanto a influência de concepções sócio-culturais específicas do contexto latino americano, quanto influências internacionais. Entre as principais áreas de atuação estão a psicologia clínica, com influência da psicanálise constituída por nomes como Durval Marcondes e Virgínia Leone Bicudo, e a psicologia comportamental, promovida por Fred Keller e Carolina Bori. Nos últimos anos, a psicologia social, influenciada por Ignácio Martín-Baró e Silvia Lane, tem crescido significativamente, abordando questões de desigualdade e justiça social. “A Psicologia Sócio-Histórica, no Brasil, tem se constituído, fundamentalmente, pela crítica à visão liberal de homem” (Bock, 2001, p. 115). Essa abordagem prosperou durante um período de mudanças sociais e políticas, caracterizado pela redemocratização e o fortalecimento dos movimentos sociais. Além disso, a psicologia humanista e transpessoal, com representantes como Aroldo Rodrigues, e a psicologia cognitivo-comportamental, difundida por Wilson Ribeiro e Maria Helena Souza Formozo, também têm contribuído para a diversidade teórica e metodológica da psicologia brasileira.

Como Oswaldo Yamamoto desenvolve em seu artigo “50 Anos De Profissão: Responsabilidade Social ou Projeto Ético-Político?”, entre a série de questões que orbitam a história da profissão no Brasil, está o esforço para superar a questão do elitismo da profissão, expondo a impossibilidade

de desvinculação da psicologia com seu papel político e social, “nesse caso, evidentemente, estamos nos referindo a projetos societários que apontem a transformação estrutural da sociedade capitalista – e não a sua manutenção” (Yamamoto, 2012, p. 15). Assim, é importante notar de que modo a psicologia está engajada à iniciativas de políticas públicas, mediadas por entidades como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Psicologia (ABP), entre outras, que buscam trabalhar para a formação e desenvolvimento ético da profissão, consolidando a psicologia como uma ciência essencial para o bem-estar do país.

Conclusão

Vimos que a Filosofia teve origem a partir de um processo de secularização da narrativa mítica. “Aquilo que, no mito, eram seres divinos (Urano, Gaia, Oceano) torna-se realidade concreta e natural: céu, terra, mar. Aquilo que, no mito, aparecia como geração divina do tempo primordial surge, na filosofia, como geração natural” (Chauí, 2002, p. 22). A metafísica surge neste período, quando a cosmogonia, ou seja, a primeira tentativa de explicação da origem do mundo é substituída por um princípio originário e racional, que seria a causa de toda a ordem do universo. Deste modo, a metafísica busca explicações das causas dos movimentos, das diferenças e semelhanças entre as coisas, suas origens, suas transformações etc., ou seja, sobre questões fundamentais sobre a natureza da experiência, através de um discurso filosófico-científico.

Na chamada época clássica, inaugurada por Sócrates, a questão ético-política passou ao primeiro plano das discussões da época, o que envolvia o bem viver e as virtudes humanas. Estes questionamentos serão desdobrados em vários sentidos por seu mais famoso aluno: Platão. O dualismo platônico formaliza pela primeira vez um caminho para o conhecimento verdadeiro, uma matriz teórica bem definida sobre como o ser humano pode alcançar o reino das ideias. Em *a República*, aprendemos com Platão que “somos bons quando a razão governa, e maus quando dominados por nossos desejos” (Taylor, 2013, p. 155). Em sua obra, *As Fontes do Self*, Charles Taylor demonstra que Platão desenvolveu estruturas metodológicas fundamentais para a formação de nossa estrutura cognoscente: “Platão oferece-nos uma visão de fontes morais. Diz-nos onde podemos ir para obter acesso a um estado moral superior” (*Ibidem*). A partir da filosofia platônica, podemos pensar de uma perspectiva metafísica psicológica, em um domínio inicial do pensamento e da razão sobre os desejos. Platão situa as fontes morais na órbita de domínio do nosso pensamento. “Sem o *self* unificado que vemos articulado na teoria de Platão, a ideia moderna de interioridade nunca teria se desenvolvido” (*Ibid*, p.166). A filosofia platônica estrutura uma espécie de concepção substantiva da razão, a razão é colocada neste lugar moderno, como uma ferramenta epistemológica capaz de conduzir os seres humanos a uma vida superior, ideia esta que será renovada por Descartes na modernidade. Mais ainda, Platão formalizou uma matriz teórico-metodológica metafísica para a existência dos atributos na realidade que, atualmente, está relacionada à concepção dos *metafísicos realistas*:

O esquema nos diz que onde um número de objetos, $a...n$, concorde em atributo, existe uma coisa, ϕ , e uma relação, R , tal que cada um de $a...n$ carrega R para ϕ , e a alegação é que é em virtude de estar em R para ϕ que $a...n$ concordam em atributos por serem todos bonitos ou justos ou o que quer que seja. Acontece que muitos filósofos desde Platão acharam esse esquema atraente. Coisas diferentes são qualificadas ou caracterizadas de alguma forma em virtude de todas estarem em relação com a qualidade ou característica em questão. A concordância do atributo é fundamentada em uma característica ou qualidade comum ou compartilhada pelos objetos concordantes. Os filósofos que endossam o esquema platônico têm sido tradicionalmente chamados de realistas metafísicos ou simplesmente realistas.²⁰ (Loux, 2003, p. 18, tradução nossa)

O mais conhecido aluno de sua Academia, Aristóteles, negou o dualismo platônico, delimitando

20 Distinguindo-se desta perspectiva metafísica, os chamados os metafísicos nominalistas criticam esta visão, de certo modo, clássica da metafísica. Para eles, a perspectiva platônica é problemática em relação à maneira como os atributos concordam entre si, desenvolvendo uma teoria que não faz referência a entidades essenciais compartilhadas. Deste modo, assumem “que nenhuma explicação teórica é necessária aqui, que o fenômeno da concordância de atributos é um fato básico ou fundamental não suscetível de análise posterior” (*Ibidem*, tradução nossa). Este debate, entre realistas e nominalistas, tem estado no centro das discussões da metafísica.

as chamadas *categorias*, os atributos mais elementares ou mais gerais, por meio dos quais podemos sintetizar todas as coisas do universo. A metafísica, portanto, à época, buscou definir algumas estruturas fundamentais, por exemplo, a diferenciação de tipos de ser e de causas, identificando as relações que unem as diferentes categorias. Neste sentido, elaborando um acabamento histórico da própria metafísica, como Loux sintetiza, a “metafísica incorpora a cosmologia e a psicologia racional como ramificações expressas no novo e mais amplo escopo associado à metafísica no esquema racionalista” (*Ibid*, p. 20).

Nesta breve história sobre a consciência de nós mesmos, vimos como a filosofia clássica representou uma fase específica da história do pensamento ocidental, que refletiu um certo amadurecimento em relação à maneira que os seres humanos assumiram a experiência da compreensão da natureza e de si, dado, como sabemos, que toda nova teoria sobre a natureza a ser conhecida, pressupõe uma nova teoria sobre a natureza do conhecedor. Sócrates, Platão e Aristóteles, marcaram uma tomada de consciência tão profunda na história do pensamento, que influenciaram o desenvolvimento de, simplesmente, todas as teorias naturais e humanas. Quando pensamos, pensamos inicialmente a partir de uma lógica formal aristotélica²¹, do mesmo modo, vive-se cada vez mais no mundo das ideias de Platão, como José Saramago expõe: “nós nunca vivemos tanto na caverna de Platão como hoje, hoje é que estamos a viver, de fato, na caverna de Platão” (Saramago, 2012).

Durante a chamada Idade Média, Santo Agostinho introduziu algumas ideias que constituíram a ideia mesma de introspecção e a análise da mente interior, antecipando, de certo modo, a concepção moderna de subjetividade. A famosa frase — “no homem interior habita a verdade” — demarcou um momento importante na constituição de nossa própria subjetividade, após a inflexão ocorrida com a noção atribuída a Sócrates de “conhece-te a ti mesmo”. Esse enfoque na interioridade humana não apenas moldou a tradição contemplativa e a prática ascética na Idade Média, mas também influenciou significativamente a psicologia. A introspecção foi considerada, indiscutivelmente, o método para compreender a mente e a alma, o que formou uma espécie de pedra angular para uma série de abordagens da psicologia moderna. Mesmo a filosofia medieval, que não podia escapar à teologia, ao desenvolver ideias importantes sobre relação entre a alma e Deus, pavimentou o caminho para uma investigação mais profunda da mente humana e de suas capacidades cognitivas e afetivas.

Passando à modernidade, vimos a revolução operada pela introdução do método experimental no pensamento com a nova filosofia de René Descartes, o qual esteve inevitavelmente pautado nas discussões que levaram ao nascimento da psicologia no século XIX, ao estabelecer uma base filosófica que privilegiava a mente como objeto de investigação científica. Sua distinção entre *res cogitans* (substância pensante) e *res extensa* (substância extensa) colocou a mente no centro das preocupações filosóficas, influenciando o desenvolvimento do dualismo cartesiano. Nas *Meditações Metafísicas*, Descartes escreveu a frase mais importante da história da filosofia moderna: “cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira, todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito” (Descartes, 2000, p. 43). Essa concepção dicotômica entre mente e corpo inaugurou uma via de investigação sistemática dos processos mentais, que fundou as próprias bases da maneira de pensar moderna.

No século XVIII, Immanuel Kant desempenhou um papel crucial na formação da psicologia ao operar uma síntese entre as perspectivas empiristas e racionalistas da primeira fase da modernidade, que destacava a atividade da mente na construção do conhecimento. Sua teoria enfatiza a centralidade das estruturas mentais inatas — os juízos sintéticos a priori — como o tempo-espaço, fundamental para a organização da experiência unificada. Kant explicou que, embora a psicologia não pudesse ser uma ciência empírica estrita como a física, devido à impossibilidade de quantificar os fenômenos mentais de maneira objetiva, ela ainda poderia ser estudada sistematicamente. Essa

21 O “que constitui nossa maneira de pensar ordinária, tenhamos consciência ou não, maneira essa consolidada por séculos de tradição ideológica, e por isso tão solidamente implantada no espírito ou inteligência dos seres humanos e da Cultura” (Prado, 1952, p.2).

visão kantiana influenciou profundamente a psicologia introspectiva e fenomenológica, destacando a importância das condições subjetivas do conhecimento. Além disso, sua distinção entre fenômenos e mundo, entre o que é percebido e o *númeno*, preparou o terreno para futuras explorações sobre a relação entre percepção e realidade, influenciando pensadores como o próprio Wundt e a tradição da psicologia experimental, que buscava entender as leis fundamentais do funcionamento mental. Segundo a Analítica Transcendental: “Não podemos pensar nenhum objeto senão mediante categorias; não podemos conhecer nenhum objeto pensado senão mediante intuições que correspondam àqueles conceitos” (§ 27). E, em uma passagem famosa da Introdução, “a intuição sem conceitos é cega, os conceitos sem intuição são vazios” (Kant, 2015, p. 23).

Hegel reformulou a nossa forma de pensar ao introduzir uma abordagem dialética para entender a mente e o desenvolvimento humano. O autor da *Fenomenologia do Espírito* concebeu a mente como um processo em constante evolução, onde a consciência individual se desenvolve através de estágios dialéticos que refletem a interação entre o sujeito e o mundo. Sua filosofia enfatizou a importância da história, cultura e sociedade. Além disso, a ideia hegeliana de que a realidade é uma manifestação do espírito absoluto preparou o terreno para algumas abordagens da psicologia, promovendo uma compreensão profunda das interconexões entre o indivíduo, cultura e história.

Vimos que a psicologia como uma ciência moderna surge na esteira de influência da filosofia positivista de Comte, no século XIX. “No fundo, ao reduzir a psicologia empírica de seu tempo a uma simples fisiologia animal, Comte tinha em vista recusar a pretensa observação interna ou introspecção” (Japiassu, 1975, p. 78). Essa posição positivista pavimentou o terreno para a edificação de uma psicologia objetiva, que focava na observação de comportamentos mensuráveis. Essa influência positivista se desdobrou nos primórdios da história da epistemologia psicológica em duas tendências opostas na psicologia, na virada do século XIX para o século XX: a psicologia introspectiva que, na verdade, reafirmava a centralidade da análise subjetiva da consciência e o behaviorismo, que apostava na filosofia de Comte, afirmando ser o comportamento observável o objeto de análise da ciência psicológica.²²

Partilhando desse espírito de crítica geral à metafísica clássica, Wilhelm Wundt ficou conhecido pela maioria como o fundador da psicologia moderna, ao inaugurar o Instituto Experimental de Psicologia da Universidade de Leipzig²³. “A crítica às metafísicas substancialistas espiritualista e materialista feita por Wundt e a sua defesa da psicologia moderna apartada dessas metafísicas pode ser lida como expressão da transição do ser ao devir” (Abib, 2009, p. 203). Wundt desenvolve as bases da psicologia experimental alicerçadas na teoria do sujeito concebido como devir, não como ser. No entanto, logicamente, uma série de outros pensadores merecem também o crédito desta fundação, como William James, Edward Titchener, Gustav Fechner e outros.

Como história da cultura, a história da psicologia revela, desde seu alvorecer, um universo psicológico pluralístico em expansão. Com essa imagem, a história da psicologia adquire uma perspectiva antropológica. A epistemologia e história da psicologia são epistemologia e história de culturas psicológicas e, nesse sentido, a investigação do projeto científico da psicologia adquire uma perspectiva antropológica. (*Ibid*, p. 205)

Aqui no Brasil, a psicologia é caracterizada por uma diversidade teórica e prática, refletindo tanto o amadurecimento teórico da disciplina como da profissão no país. Diferentes abordagens convivem em uma relação profícua como a psicanálise, o behaviorismo, a fenomenologia e a TCC com

22 Assim como devemos relacionar esse desdobramento à influência filosófica dos pensamentos organicista e mecanicista, ligados respectivamente às bases filosóficas dos pensamentos de Kant e Locke, como vimos acima.

23 É importante notar a relevância desta universidade, estão também ligados a ela uma série de autores importantes para a história do pensamento, como Weber, Nietzsche e Goethe.

perspectivas críticas, como a psicologia histórico-social e a psicologia comunitária, que cresceram diante dos problemas e questões relacionadas com a complexidade cultural brasileira. Pensar em um “projeto ético-político para a profissão não suprime, portanto, as divergências, mas deve ser construído, se possível, apesar da existência dessas diferenças e das suas contradições internas” (Yamamoto, 2012, p. 14). Olhando para este horizonte de diversidade, Martín-Baró conclui que à “luz desta visão da psicologia, pode-se afirmar que a conscientização constitui-se no horizonte primordial do *quefazer* psicológico” (Martín-Baró, 1996, p. 15).

Apresentamos um rápido panorama de como a metafísica e a epistemologia desempenharam papéis centrais na história da psicologia, fornecendo as bases teóricas e metodológicas sobre as quais a disciplina se desenvolveu, como Japiassu diz: “a psicologia tem seu destino, desde a origem, ligado à filosofia” (1977, p. 41). Neste sentido, vimos de que modo o estudo sobre a natureza da matriz da experiência e da natureza do observador, estão relacionados com o pensamento dos primeiros filósofos gregos, passando pelos medievais, desdobrando-se na modernidade, até o aparecimento da psicologia como uma disciplina científica independente, no final do século XIX. No século XX, testemunhamos a diversificação do pensamento psicológico com a psicanálise, com a psicologia da gestalt, existencialista, histórico-cultural, social, TCC etc. Cada uma dessas correntes incorporaram e elaboraram conceitos centrais da filosofia, refletindo a contínua interação entre a filosofia e a psicologia.

Bibliografia

ABIB, José A. D. *Epistemologia pluralizada e história da psicologia*. Scientiae Studia, São Paulo, v. 7, n. 2. p. 195-208. 2009.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. “**Transdisciplinaridade e o paradigma pós-disciplinar na saúde. Saúde e Sociedade**”. V.14, n.3, p. 30-50, set-dez, 2005.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução Lucas Angioni. Clássicos da filosofia, cadernos de tradução nº9. Editora Unicamp, 2004

ARISTÓTELES. *Metafísica I*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ARISTÓTELES. *De Anima*. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.

BEDORE, R. C.; BECCARI, M. N. “**Aisthesis: uma breve introdução à estética dos afetos**”. Revista GEARTE, [S. l.], v. 4, n. 3, 2017. DOI: 10.22456/2357-9854.74040. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/74040>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOCK, Ana; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria. *Psicologias Uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Paradigmas Sociológicos e Análise*. Organizacional. London: Heinemann, 1979.

JUNIOR, Caio Prado. *Dialética do conhecimento*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1936.

CARDINALLI, Elizabeth. “**Psicoterapia focal: psicoterapia breve fenomenológica existencial**”.

CHAUI, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

COLL, César; MARCHESI, Alvaro; PALACIOS, Jesús (Orgs). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Penso; 2ª edição, 2004.

CURY, Bruno M.; FERREIRA NETO, João L. “**Do currículo mínimo às diretrizes curriculares: os estágios na formação do psicólogo**”. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 494-512.

DANZIGER, Kurt. *The origins of the psychological experiment as a social institution*. American Psychologist, 40, 2, p. 133-40, 1985.

_____, Kurt. *Constructing the subject: historical origins of psychological research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DESCARTES, René. **Carta-prefácio dos Princípios da Filosofia**. Trad. Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da natureza**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

EVANGELISTA, Paulo E. R. A.. O que pode um psicólogo fenomenológico-existencial: Questionamen-tos e reflexões acerca de possibilidades da prática do psicólogo fundamentadas na ontologia heideggeriana. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2015.

EVANGELISTA, Paulo E R Alves. **Psicologia fenomenológica existencial: a prática psicológica à luz de Heidegger**. Curitiba: Juruá, 2016.

EBBINGHAUS, Hermann. **Grundzüge der Psychologie**. Leipsig: Verlag Von Comp, 1919.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREUD, Sigmund. **Freud (1893-1895) Estudos sobre a histeria – Obras completas volume 2**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

FARR, R. M. “**The impact of Wundt in the development of social psychology: a critical reappraisal**”. In: Eckardt, G. & Sprung, L. (Org.). *Advances in historiography of psychology*. Berlin: VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1983. p. 85-91. 1983.

_____. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERREIRA, Maria Cristina . “**A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais**”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 2010, Vol. 26 n. especial, pp. 51-64

FORMIGOSA, Flávio Breno Cruz; FEIJOO, Ana Maria L. C. de. “**Sobre o Esquecimento: Contribuições de Nietzsche à Clínica Psicológica**”. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*

2023, Vol. 03, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 992-1010, 2023.

GAZZANIGA, Michael S; HEATHERTON, Todd F. **Ciência psicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

GLEIZER, Marcos. *Metafísica e conhecimento: ensaios sobre Descartes e Espinosa*. EdUERJ, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999

GOLDBLUM, Kissel. **Uma perspectiva Eterna da Natureza**. Dissertação de mestrado. UERJ, 2019.

_____, Kissel. “**A virada hegeliana (espinosana): da fundamentação epistemológica à questão da autorreflexão da mente**. *Polymatheia - Revista de Filosofia*”, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 128–149, 2024.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

_____, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Fontes, 1997.

HERNÁNDEZ-PACHECO, Javier. **Metafísica O de cómo entre el ser y el no-ser, se dan todas las cosas**. Sevilla

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo. Tradução de Fausto Castilho**. Campinas: Editora Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

IMAGUIRE, Guido. **Metafísica Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2007.

JACÓ-VILELA, Ana Maria. “**Trajetórias da Psicologia no Brasil : conciliações e resistências**”. Memorandum: Memória e História em Psicologia, [S. l.], v. 38, 2021.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução à Epistemologia Psicológica**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KELLER, F. **A definição da psicologia: uma introdução aos sistemas psicológicos**. Tradução R. Azzi. São Paulo: Herder, 1970 [1965].

KNAPP, Paulo. “Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva”. Revista Brasileira de Psiquiatria. 2008;30(Supl II):S54-64.

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LEIBNIZ, Gottfried. **A Monadologia e outros textos**. (organização e tradução: Fernando Luiz Barreto Galas e Souza) – São Paulo: Hedra, 2009.

LEWIN, Kurt. **A Teoria do Campo na Ciência Social**, 1951.

LOUX, Michael. **Metaphysics - A contemporary Introduction**. New York: Routledge, 2003.

MALITO, Diana. **Entre a Saúde e a Assistência Uma análise micropolítica das práticas de cuidado nas políticas públicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2024

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, trad. Marília Barroso, 1988.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. “**O papel do psicólogo**”. Estudos de Psicologia, 2(1), 7-27, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORIN, Edgar. **Epistemologia da Complexidade**. In: Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Organizado por Dora Fried Schnitaman; trad. Jussara Haubert Rodrigue. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

OLIVEIRA, Manfredo. “**Filosofia: Lógica e Metafísica**”, in: ALMEIDA, Custódio (org.); Metafísica Contemporânea, 2007.

PARMÊNIDES. **Da Natureza**. Trad. José Trindade Santos. Brasília: Thesaurus, 2000.

POPPER, Karl. **Conhecimento Objetivo: Uma Abordagem Evolucionária**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

PLATÃO. **Diálogos Mênon, Banquete e Fedro**. Tradução de Jorge Paleikat, Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

ROGERS, Carl.; WOOD, J. **Teoria centrada no Cliente**: Carl Rogers. In BURTON, A. Teorias Operacionais da Personalidade. Rio de Janeiro: Imago, p. 192-233, 1978. Disponível em: <http://alvesvera.com.br/wp-content/uploads/taianacan-items/978/1902/ROGERS-WOOD.-Teoria-Cen-trada-no-Cliente.pdf>

RUSSELL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

SARAMAGO, José. Saramago Platão... O Mito da Caverna. Plataforma YouTube. 04/05/2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GpTuO6qym5w&t=68s>

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCHULTZ, Duane P. **História da psicologia moderna**. Tradução Priscilla Rodrigues Lopes; 4. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2019.

SERBENA, Carlos A.; RAFFAELLI, Rafael. “**Psicologia como disciplina científica e discurso sobre a alma: problemas epistemológicos e ideológicos**”. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n.1, p. 31-37, jan/jun. 2003.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self: A construção da Identidade Moderna**. Trad. SOBRAL, A.U., AZEVEDO, D. A. Loyola, São Paulo, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1991.

YAMAMOTO, Oswaldo; OLIVEIRA, Isabel. “**Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos**”. *Psic.: Teor. e Pesq.* 26, 2010.

_____, Oswaldo. “**50 Anos De Pro issão: Responsabilidade Social Ou Projeto Ético-Político?**”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 6-17, 2012.

WIENPAHL, Paul. **Por um Spinoza Radical**, Trad. Oscar Rohar. México: Fondo de Cultura. Econômica, 1990.

WUNDT, Wilhelm. **Princípios da Psicologia Fisiológica**. São Paulo: Maurice Editorial, 2020. Disponível em <https://fliphtml5.com/oigiv/pdzj/basic/301-350> .

_____, Wilhelm. **Outline of psychology**. In: Rieber, R.W. (eds) Wilhelm Wundt and the Making of a Scientific Psychology, 1980. Disponível em http://library.manipaldubai.com/DL/outlines_of_psychology.pdf .



UNIVASSOURAS